MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República

ELA WIECKO VOLKMER DE CASTILHO
Vice-Procuradora-Geral da República

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral

**DIÁRIO DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
ELETRÔNICO**

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03

CEP: 70050-900 - Brasília/DF

Telefone: (61) 3105-5100

<http://www.pgr.mpf.mp.br>

SUMÁRIO

	Página
Atos do Procurador-Geral da República	1
Secretaria Geral.....	1
Secretaria de Administração	3
Secretaria de Serviços Integrados de Saúde	4
Procuradoria Regional da República da 1ª Região	10
Procuradoria Regional da República da 2ª Região	10
Procuradoria Regional da República da 3ª Região	17
Procuradoria Regional da República da 4ª Região	17
Procuradoria Regional da República da 5ª Região	19
Procuradoria da República no Estado do Acre.....	19
Procuradoria da República no Estado do Amapá	20
Procuradoria da República no Estado do Amazonas	21
Procuradoria da República no Distrito Federal	24
Procuradoria da República no Estado do Mato Grosso	24
Procuradoria da República no Estado do Pará	25
Procuradoria da República no Estado do Paraná.....	31
Procuradoria da República no Estado de Pernambuco	32
Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro.....	34
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Norte	35
Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul.....	35
Procuradoria da República no Estado de Rondônia	36
Procuradoria da República no Estado de Santa Catarina.....	37
Procuradoria da República no Estado de São Paulo.....	37
Procuradoria da República no Estado de Sergipe.....	37
Procuradoria da República no Estado do Tocantins.....	39
Expediente	39

**ATOS DO PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
COMITÊ DE GESTÃO ESTRATÉGICA****EDITAL DE 29 DE OUTUBRO 2015**

Ficam os senhores membros do Comitê de Gestão Estratégica - CGE, integrante do Sistema Integrado de Gestão Estratégica e Governança, instituído pela Portaria PGR nº 733 de 28/12/11, convocados para a 13ª Reunião Ordinária deste colegiado, a se realizar no dia 04 de dezembro de 2015, às 9h, no Memorial do MPF, cobertura do bloco B, mediante a seguinte pauta:

1. Avaliação do projeto de dispositivos móveis para atendimento aos cidadãos;
2. Plano de Orientação Temática. (Decorre dos relatórios de Gestão do Conhecimento e Modelo de Organização do trabalho elaborados no Projeto de Modernização dos Gabinetes);
3. Apresentação do Gerenciador Judicial e Extrajudicial do Sistema Único;
4. Apresentação do Aptus 4.0;
5. Sugestão do Subcomitê Gestor de Tabelas, com concordância da Corregedoria do MPF, de proposta de alteração das Resoluções CSMPF nº 87/2010 e 77/2004, para incluir como obrigatório na portaria de instauração de inquérito civil e procedimento investigatório criminal o código do assunto objeto da apuração, em sintonia com as tabelas de assunto/tema do MPF/CNMP;

RODRIGO JANOT MONTEIRO DE BARROS
Procurador-Geral da República
Coordenador do Comitê de Gestão Estratégica

**SECRETARIA GERAL
GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL****PORTARIA Nº 1.024, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015**

O SECRETÁRIO-GERAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL, no uso da atribuição que lhe confere o art. 3º da Portaria PGR/MPF nº 734, de 28/12/2011, e tendo em vista o disposto no Processo Administrativo PGR/MPF nº 1.00.000.010346/2015-55, resolve:

Art. 1º Autorizar a alteração do projeto “Extractus”, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 846, de 11/9/2015, sob o código P0102.

Art. 2º Tornar sem efeito, a partir de 30/9/2015, a designação do servidor Frank Stefan Araújo de Alencar, matrícula 5282, bem como interromper o pagamento de gratificação de projeto na referida data.

Art. 3º Designar, a partir de 3/8/2015, os seguintes servidores para comporem a equipe do projeto:

I - LUIZ FELIPE COSTA MATOS, matrícula nº 24589;

II - ROGERIO ANGELO LIMA DOMINGUES, matrícula nº 5755.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

LAURO PINTO CARDOSO NETO

DESPACHO Nº 875, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo Administrativo MPF/PGR nº 1.00.000.004883/2004-11. ASSUNTO: Licença-prêmio por Assiduidade - Conversão em Pecúnia. INTERESSADA: CÂNDIDA MARIA FEITOSA DOURADO PORTES, matrícula nº 9669-5, aposentada. DECISÃO: Acolhendo a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas e tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, DEFIRO a conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade, referente ao período aquisitivo de 28/06/1989 a 26/06/1994 (21 dias), nos termos do artigo 5º, parágrafo único, inciso II, da Portaria PGR/MPU nº 10/2014, observada a disponibilidade orçamentária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 876, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo nº 1.00.000.014903/2015-15 ASSUNTO: Lotação Provisória. INTERESSADA: MARTINA ELIZABETE LESSA PIO DOS SANTOS, matrícula nº 17161, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, lotada na Procuradoria Regional da República da 3ª Região. DECISÃO: Tendo em vista o que consta do processo em referência, AUTORIZO a lotação provisória da servidora na Procuradoria Geral da República, para exercício de cargo em comissão, CC-5, com fundamento no art. 1º, inciso VI, alínea “a”, da Portaria PGR/MPU nº 424, de 5 de julho de 2013. CONCEDO o prazo de 15 (quinze) dias de trânsito, nos termos do art. 18 da Lei nº 8.112/90. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 878, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo Administrativo PGR/MPF nº 08100.005342/99-11. ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade – Conversão em Pecúnia. INTERESSADO: RHEMZO CARLOS PEIXOTO KROEFF, matrícula nº 4784-8, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração. DECISÃO: Acolhendo a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas e tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, DEFIRO a conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade, referente aos períodos aquisitivos de 28/02/1981 a 26/02/1986 (87 dias), e de 27/02/1986 a 25/02/1991 (90 dias) e de 26/02/1991 a 24/02/1996 (90 dias), nos termos do artigo 5º, parágrafo único, inciso III, da Portaria PGR/MPU nº 707/2012, alterado pela Portaria PGR/MPU nº 10/2014, observada a disponibilidade orçamentária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 879, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.013903/2015-90. ASSUNTO: Licença à adotante. INTERESSADA: MARIA DO SOCORRO DE SOUSA, matrícula nº 4571-1. DECISÃO: Acolhendo a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas, e nos termos do disposto no artigo 210 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, na Portaria PGR/MPU nº 563, de 14 de agosto de 2013 e na Portaria PGR nº 510, de 13 de outubro de 2008, alterada pela Portaria PGR nº 15, de 5 de março de 2015, INDEFIRO à interessada a licença à adotante em razão de a guarda obtida não ter finalidade de adoção, hipótese não contemplada no normativo de regência da matéria. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 880, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo Administrativo MPF/PGR nº 08100.005787/96-87. ASSUNTO: Licença-prêmio por Assiduidade - Conversão em Pecúnia. INTERESSADO: ALBERTO ELIAS ASFORA, matrícula nº 4908-5, aposentado. DECISÃO: Acolhendo a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas e tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, DEFIRO a conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade, referente ao período aquisitivo de 02/01/1987 a 31/12/1991 (90 dias), nos termos do artigo 5º, parágrafo único, inciso II, da Portaria PGR/MPU nº 10/2014, observada a disponibilidade orçamentária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 881, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.013560/2015-63. ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade – Conversão em Pecúnia. INTERESSADA: SOLANGE RODRIGUES CEZAR, matrícula nº 17502-1, Analista do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Biblioteconomia. DECISÃO: Acolhendo a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas e tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, DEFIRO a

conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade, referente ao período aquisitivo de 01/08/1988 a 30/07/1993 (90 dias), nos termos do artigo 5º, parágrafo único, inciso III, da Portaria PGR/MPU nº 707/2012, alterado pela Portaria PGR/MPU nº 10/2014, observada a disponibilidade orçamentária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 882, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Procedimento de Gestão Administrativa PGR/MPF nº 1.00.000.013561/2015-16. ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade – Conversão em Pecúnia. INTERESSADO: JOSÉ VICENTE BEZERRA, matrícula nº 4946-8, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração. DECISÃO: Acolhendo a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas e tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, DEFIRO a conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade, referente aos períodos aquisitivos de 01/10/1981 a 29/09/1986 (90 dias), e de 30/09/1986 a 28/09/1991 (90 dias) e de 29/09/1991 a 26/09/1996 (90 dias), nos termos do artigo 5º, parágrafo único, inciso III, da Portaria PGR/MPU nº 707/2012, alterado pela Portaria PGR/MPU nº 10/2014, observada a disponibilidade orçamentária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 883, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Procedimento de Gestão Administrativa nº 1.00.000.014172/2015-08. ASSUNTO: Licença-Prêmio por Assiduidade – Conversão em Pecúnia. INTERESSADA: LUSIA REINALDA DA COSTA, matrícula nº 4714-7, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração. DECISÃO: Acolhendo a manifestação da Secretaria de Gestão de Pessoas e tendo em vista o disposto no artigo 6º, inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05/05/2015, DEFIRO a conversão em pecúnia de licença-prêmio por assiduidade, referente aos períodos aquisitivos de 07/11/1980 a 05/11/1985 (90 dias), de 06/11/1985 a 04/11/1990 (90 dias) e de 05/11/1990 a 03/11/1995 (90 dias), nos termos do artigo 5º, parágrafo único, inciso III, da Portaria PGR/MPU nº 707/2012, alterado pela Portaria PGR/MPU nº 10/2014, observada a disponibilidade orçamentária. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

DESPACHO Nº 884, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Procedimento de Gestão Administrativa MPF/PGR nº 1.00.000.012965/2015-84. ASSUNTO: Licença por Motivo de Afastamento do Cônjuge ou Companheiro. INTERESSADA: PAU-LA MARIANTE DE OLIVEIRA, Matrícula nº 24124. DECISÃO: Tendo em vista a decisão judicial proferida nos autos de nº 5050878-07.2015.4.04.7100/RS, que tramitam perante a 5ª Vara Federal da Subseção Judiciária de Porto Alegre (RS), bem como o disposto no artigo 51, II, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR/MPF nº 357, de 05/05/2015, AUTORIZO à interessada a fruição de licença para acompanhar o cônjuge, a partir de 20/10/2015, sem remuneração, nos termos do artigo 84, § 1º, da Lei nº 8.112/1990, sendo facultada a manutenção do vínculo com o Plano de Seguridade Social do Servidor Público, na forma do artigo 183, §§ 3º e 4º da Lei nº 8.112/1990 (com redação dada pela Medida Provisória nº 689/2015), e com o Plan-Assiste, consoante a Portaria PGR/MPU nº 231/2012, sujeitando-se a referida licença, ainda, à comprovação anual de seus requisitos autorizadores. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

LAURO PINTO CARDOSO NETO
Secretário-Geral do MPF

GABINETE DO SECRETÁRIO-GERAL ADJUNTO

DESPACHO Nº 877, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Processo nº 1.00.000.015629/2015-93. ASSUNTO: Lotação Provisória. INTERESSADO: SIDNEY DOS SANTOS SALES, matrícula nº 7911, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, lotado na Procuradoria Regional da República da 3ª Região. DECISÃO: Tendo em vista o que consta no processo em referência, AUTORIZO a lotação provisória do servidor na Procuradoria Regional da República da 1ª Região para exercício de cargo em comissão, CC-2, com fundamento no art. 1º, inciso VI, alínea "a", da Portaria PGR/MPU nº 424, de 5 de julho de 2013. CONCEDO o prazo de 15 (quinze) dias de trânsito, nos termos do art. 18 da Lei nº 8.112/90. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

FLÁVIO OLIVEIRA BARBOZA
Secretário-Geral Adjunto do MPF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO

GABINETE DO SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO

RECONHECIMENTO DE DÍVIDA

Em 3 de novembro de 2015

No uso das atribuições que me foram delegadas pela Portaria nº 591, de 20/11/2008, RECONHEÇO A DÍVIDA de que trata o processo nº 1.00.000.007328/2015-96, referente a despesas de exercícios anteriores, relativas ao pagamento de diárias, por viagens realizadas no exercício de 2014, no interesse do Ministério Público Federal, em favor de WANDA SUZANE FERREIRA LUZ, no valor de R\$ 1.346,44 (mil, trezentos e quarenta e seis reais e quarenta e quatro centavos), nos termos do art. 37 da Lei nº 4.320/64 c/c o art. 22 do Decreto nº 93872/86.

LÚCIO MÁRIO MENDONÇA DE GÓIS
Secretário de Administração do MPF

SECRETARIA DE SERVIÇOS INTEGRADOS DE SAÚDE
JUNTA MÉDICA OFICIAL

RETIFICAÇÃO Nº 141, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Excluir licença médica de ANDRE NUNES FERNANDES, matrícula 14384, referente ao período de 27/07/2015 a 28/07/2015, publicada no DMPF-e nº 147, de 06/08/2015.

ATESTADO MÉDICO

SEQ.	MAT.	NOME	LOTAÇÃO	CARGO / FUNÇÃO	ARTIGO	DIAS	PERÍODO
1	6888	ADILIA RIBEIRO QUINTELAS	SEEXTJ/PRRR	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	27/10/2015- 27/10/2015
2	3438	ANA MARIA DA COSTA OLIVEIRA	SEASBE/PRRJ	TÉCNICO DO MPU/SAÚDE/SAÚDE BUCAL	202/203	1	28/10/2015- 28/10/2015
3	23660	ANA MARIA DE CASTRO CORTEZ	SEADI/PRM-RJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	20/10/2015- 20/10/2015
4	5477	ANDRE LUIZ BREVIDELLI	NUREDI/PRR3ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	09/10/2015- 09/10/2015
5	16284	ANDRE LUIZ RAMOS DA SILVA	GABPR3-RASL	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	23/10/2015- 23/10/2015
6	6018	ANGELA MARIA DA SILVA	GABPR2-LAS	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	28/10/2015- 28/10/2015
7	27303	ANNA CAROLINA RODRIGUES BAHE GUIMARAES	ASSPA/PR-DF	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	08/10/2015- 09/10/2015
8	865	BARTIRA DE ARAUJO GOES	PR-BA	PROCURADOR DA REPUBLICA	223/I	3	24/08/2015- 26/08/2015
9	12685	BERENICE ANDRADE HOMOBONO BALIEIRO	SPA/PRRJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	28/10/2015- 29/10/2015
10	451	BIANCA MATAL	PRR2ª REGIÃO	PROCURADOR REGIONAL DA REPUBLICA	223/I	1	02/10/2015- 02/10/2015
11	20328	CAIO DA SILVA MONTEIRO	GABPR22-APC	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	28/10/2015- 28/10/2015
12	3623	CARLOS ALBERTO DA SILVA SILVEIRA	SESOT/PRAM	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO- ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	1	27/10/2015- 27/10/2015
13	30	CARLOS EDUARDO DE OLIVEIRA VASCONCELOS	PGR	SUBPROCURADOR-GERAL DA REPUBLICA	223/I	10	15/10/2015- 24/10/2015
14	26878	CAROLINA MENDES LEITE NASCIMENTO	PRM-GUANAMBI	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	21/08/2015- 22/08/2015
15	13440	CELIA MARIA LOPES TOSTA	SUBJUR/PRM-BA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	24/08/2015- 26/08/2015
16	24091	CINDY IMBIRIBA DE SOUZA VIEGAS	GABPR11-MAT	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	20/10/2015- 20/10/2015
17	11049	CLAUDIA SANTOS SOARES	GABPRR33-SBC	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	10	20/10/2015- 29/10/2015
18	11990	CLAUDIO POUBEL LOPES	DICRIMEX/PRRJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO- ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	28/10/2015- 29/10/2015
19	26658	DANIEL GUIMARAES DOS SANTOS	NUAU/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	19/10/2015- 19/10/2015
20	26658	DANIEL GUIMARAES DOS SANTOS	NUAU/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	15/10/2015- 15/10/2015
21	26658	DANIEL GUIMARAES DOS SANTOS	NUAU/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	2	13/10/2015- 14/10/2015
22	26658	DANIEL GUIMARAES DOS SANTOS	NUAU/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO- ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	4	20/10/2015- 23/10/2015

23	12692	DANIELLE MARQUES DO NASCIMENTO	GABPR26-LASM	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	25/08/2015-25/08/2015
24	21679	DANIELY SOBREIRA CARIRY BARBOSA	NUASBE/PRR5ª	ANALISTA DO MPU/MEDICINA/CLÍNICA MÉDICA	202/203	1	13/10/2015-13/10/2015
25	6202	DARTAGNAN MORAES MARTINS	DICGC/PRRS	ANALISTA DO MPU/APOIO TÉCNICO-ESPECIALIZADO/GESTÃO PÚBLICA	202/203	1	27/10/2015-27/10/2015
26	23653	DAVIDSON ODERICO DE ARANTE	NUCIVJ/PRPE	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	07/10/2015-08/10/2015
27	16507	DAYANA DE MOURA BORGES	GABPR1-JPHA	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	15	28/10/2015-11/11/2015
28	16198	DIANA DE SOUZA BARBOSA	DIPLAN/PRPE	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	28/10/2015-30/10/2015
29	15153	DIEGO DANTAS CABUS OITAVEN	GABPR011-FGA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	24/08/2015-24/08/2015
30	23853	DIOGO MENCHISE FERREIRA	NUTRAN/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	1	15/10/2015-15/10/2015
31	23218	EDITH SOM PEIXOTO TRAVASSOS	SE/CSMPF		202/203	15	16/10/2015-30/10/2015
32	8602	EDMAR GONCALVES CAVALCANTE	DIAAS/PRR5ª		202/203	1	27/10/2015-27/10/2015
33	23288	EDUARDO OLIVEIRA CAMPOS	SADM/PRM-BA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	26/08/2015-27/08/2015
34	23288	EDUARDO OLIVEIRA CAMPOS	SADM/PRM-BA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	28/08/2015-28/08/2015
35	25486	ELAINE CRISTINA AGUSTINI VAZ	GABPRM2-LPSM	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	14/10/2015-14/10/2015
36	4633	ELANE AYRES GIL LEMOS	GABSUB31-MPA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	10	20/10/2015-29/10/2015
37	3732	ELISANGELA SANTOS	DIBIP/PRR5ª	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	23/10/2015-23/10/2015
38	70002	EMILIA MONTEIRO ANDRADE	DCC/SA/ESMPU	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	14/10/2015-16/10/2015
39	24290	ERICA DE SOUZA E MELO ASSUNCAO	GABPRR6-CXPBB		202/203	2	15/10/2015-16/10/2015
40	24290	ERICA DE SOUZA E MELO ASSUNCAO	GABPRR6-CXPBB		202/203	1	07/10/2015-07/10/2015
41	25782	ERIKA GRIGOREVSKI DE LIMA ABOUD	NUAU/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	2	27/10/2015-28/10/2015
42	2558	EURIPEDES PEIXOTO GUIMARAES JUNIOR	NUAU/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	07/10/2015-07/10/2015
43	25637	EVANDRO CARLOS PEREIRA	SADM/PRM-MS	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	23/10/2015-23/10/2015
44	8142	FABIANE BUENO DA COSTA FUNFAS LEAO	GABPC		202/203	1	27/10/2015-27/10/2015
45	12736	FARLEY JULIANO FERREIRA SALES	GABPRM2-FVS	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	5	14/09/2015-18/09/2015
46	21041	FLAVIA COSTA DE FIGUEIREDO	DERCDIP/PRR2ª		202/203	3	17/10/2015-19/10/2015
47	3975	FLAVIO KOJI HIRAMINE	CA/PRPE	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
48	4712	FRANCISCO DAS CHAGAS ALBUQUERQUE CUNHA	DISUC/SA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	60	20/08/2015-18/10/2015
49	24728	GABRIEL DUTRA NUNES	SJUR/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	08/09/2015-08/09/2015

50	22142	GABRIELA FAGGIN MASTRO ANDREA	GABPRR40-OSBS		202/203	1	09/09/2015-09/09/2015
51	26923	GABRIELA ROLKE	CECOM/PGR		202/203	1	28/10/2015-28/10/2015
52	14541	GIBSON FERNANDES DA COSTA	DITRAU/SSIN	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	15	15/10/2015-29/10/2015
53	20640	GISELE ADRIANA DE SOUSA BORGES	DEOF/PRDF	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/ORÇAMENTO	202/203	2	08/10/2015-09/10/2015
54	15480	GISELE FELIX DA SILVA	SUBJUR/PRM-RJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
55	27205	GISELLE DARGAM FRANCA	GABPRM1-ESO	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	28/10/2015-29/10/2015
56	25173	GIULIANA DE SOUZA SCHIATTARELLA	GABPR6-RGT	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	16/10/2015-16/10/2015
57	19049	GLAUCE PICININI DA SILVA MILLAN	SAORI/PRR2ª	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	07/10/2015-07/10/2015
58	26447	GUILHERME MUNGO BRASIL	GABPRM1-ELBC	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	28/10/2015-28/10/2015
59	26447	GUILHERME MUNGO BRASIL	GABPRM1-ELBC	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	19/10/2015-19/10/2015
60	15079	HASSANY ALAOUIEH CHAVES	GABPRR3-AHS	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	4	06/10/2015-09/10/2015
61	19796	ILANA MARA GOMIDE	DOF/SA/ESMPU	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
62	6435	ILEANA QUEZADO	SAC/PRMG	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	20	14/09/2015-03/10/2015
63	22696	INES BARBOZA ABREU QUINTELLA	GABPRR32-MHNP		202/203	2	13/10/2015-14/10/2015
64	9916	IVAN DE SOUZA FREITAS	CAR/STIC		202/203	3	22/07/2015-24/07/2015
65	17429	JACKSON DE ABREU VIEIRA	NST/SA/ESMPU	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	2	15/10/2015-16/10/2015
66	23795	JESSICA DE OLIVEIRA MUNIZ VILLANOVA	GABPRR14-AOC		202/203	2	26/10/2015-27/10/2015
67	6054	JOANA DARC MOREIRA RODRIGUES	DIBIP/PRR2ª	ANALISTA DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/BIBLIOTECONOMIA	202/203	2	27/10/2015-28/10/2015
68	6191	JOAO FERNANDES MITZCUN	COOR/PRM-RN	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	23/10/2015-23/10/2015
69	26445	JOSE ALBERTO CERQUEIRA CALDAS	SJUR/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	30	21/09/2015-20/10/2015
70	24299	JOSE DE ARIMATEIA ANDRADE ROCHA	SELOG/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	16/09/2015-16/09/2015
71	27226	JOSE MARIA MEDEIROS VIEIRA LIMA JUNIOR	SCI/PGR		202/203	2	27/10/2015-28/10/2015
72	27226	JOSE MARIA MEDEIROS VIEIRA LIMA JUNIOR	SCI/PGR		202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
73	15703	JOSE VAMBERTO DE QUEIROZ NOBREGA	SETRAN/PRPE	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
74	14109	JOSELHA TEREZA MORELLO MAIA DE JESUS	CG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	27/10/2015-28/10/2015
75	20634	JUNIO FERREIRA DA SILVA	SEART/PRDF	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	14/10/2015-14/10/2015
76	2481	JURACI GONCALVES RIBEIRO	SETRAN/PRMG	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	4	15/09/2015-18/09/2015

77	24692	KARINA MELO FERREIRA	SJUR/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	21/09/2015-21/09/2015
78	23731	KARLLA VALADARES CORDEIRO	GABPR18-CARSM	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	30/09/2015-02/10/2015
79	20896	KENIA BERNARDES BORDERES	GABPRM1-RMRR	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	14/10/2015-14/10/2015
80	3824	LADISLAU PORTO LARROYD	GABPR6-ASB	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
81	23335	LARISSA TEODORO ARAUJO PEDROSO GUSMAO	GABPRR8-JDT	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	21/10/2015-23/10/2015
82	24107	LEDA MELO LIMA	ASCOM	ANALISTA DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/COMUNIC. SOCIAL	202/203	1	02/10/2015-02/10/2015
83	24107	LEDA MELO LIMA	ASCOM	ANALISTA DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/COMUNIC. SOCIAL	202/203	17	14/10/2015-30/10/2015
84	27378	LORENA SOUZA FIUSA	GABPRM001-APC	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	27/08/2015-27/08/2015
85	24246	LUCIA DE MEDEIROS DANTAS	NUCER/ESMPU	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	14/10/2015-14/10/2015
86	26909	LUCIANA BEZERRA LAFAIETE RODAS	SUBJUR/PRM-BA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	09/09/2015-11/09/2015
87	23888	LUCIANA MATOS PEREZ DIEGUEZ DE BRITO	COJUD/PRRJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	23/10/2015-23/10/2015
88	24912	LUCIANA OLIVEIRA SOARES	SJUR/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	21/09/2015-21/09/2015
89	6321	LUCIENE DOS SANTOS CALHEIROS	CG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	20/10/2015-20/10/2015
90	19298	LUIZ EURICO SOARES PAMPLONA	ASSPA/PRR2ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	4	26/10/2015-29/10/2015
91	23496	MAITE CORREA RODRIGUES	GABPR27-DBR	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	30/09/2015-30/09/2015
92	17979	MARCELO ANDRADE CAFE	SADM/PRM-PA	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	1	09/10/2015-09/10/2015
93	4397	MARCIA INOCENCIA ALVES NOGUEIRA	GABPR4-LSGR	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	27/10/2015-27/10/2015
94	4397	MARCIA INOCENCIA ALVES NOGUEIRA	GABPR4-LSGR	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	22/10/2015-23/10/2015
95	2596	MARCO ANTONIO FRANCO CUNHA	GABPRR25-FPMJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	14/10/2015-14/10/2015
96	2596	MARCO ANTONIO FRANCO CUNHA	GABPRR25-FPMJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	09/10/2015-09/10/2015
97	2596	MARCO ANTONIO FRANCO CUNHA	GABPRR25-FPMJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	06/10/2015-07/10/2015
98	5068	MARCOS ROBERTO DE OLIVEIRA RIBEIRO	SADM/PRM-GO	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	02/10/2015-02/10/2015
99	16583	MARIA ALMA DILLI CADORE	GABPR25-MSF	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	15	13/10/2015-27/10/2015
100	9776	MARIA AMELIA LOURENCO BARBOSA	GABPR3-MSM	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	20/10/2015-20/10/2015
101	5401	MARIA APARECIDA DO CARMO LOPES	GABPR3-NCR	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	16/10/2015-16/10/2015
102	12752	MARIA CELIA NERI DE OLIVEIRA	ASCOM	ANALISTA DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/COMUNIC. SOCIAL	202/203	2	21/09/2015-22/09/2015
103	20072	MARIA GRAZIENE CAMILO DA SILVA OLIVEIRA	GABSUB15-GB	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	207	120	26/10/2015-22/02/2016

104	20072	MARIA GRAZIENE CAMILO DA SILVA OLIVEIRA	GABSUB15-GB	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	4	16/10/2015-19/10/2015
105	5058	MARIA JOSE DANTAS DA SILVA	DIPLAN/PRBA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	24/08/2015-26/08/2015
106	4074	MARIA MIRANEIDE DE MELO DO COUTO	SUBSINE/STIC	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	15	27/10/2015-10/11/2015
107	12593	MARILIA DE OLIVEIRA ASSENCAO	DICGC/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	10/09/2015-11/09/2015
108	24425	MARLON DA SILVA CARNEIRO	NUCRIM/PRRN	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
109	19581	MIRIAM PASSOS COELHO DA SILVA	GABPR20-BNO	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	30	09/09/2015-08/10/2015
110	70086	MONICA MARIA LIMA DE MACEDO RIBEIRO	NDA/SILE/ESMPU		202/203	3	26/10/2015-28/10/2015
111	70086	MONICA MARIA LIMA DE MACEDO RIBEIRO	NDA/SILE/ESMPU		202/203	3	21/10/2015-23/10/2015
112	16256	MONICA MORAIS ANTUNES	SCC/ESMPU	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	10	13/10/2015-22/10/2015
113	27132	MONIQUE CORVISIER WOLGUEMUTH PAPADELIS	GABPRR31-CAGA		202/203	2	26/10/2015-27/10/2015
114	26258	NATAN RAFAEL DUARTE CAMPOS	GABPRE/PRR2ª		202/203	1	19/10/2015-19/10/2015
115	3816	NEIVALDO DE ARAUJO CAMPOS	GABPRM1-NLS	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	01/10/2015-01/10/2015
116	22153	PAULA BARLETTA UZEDA OLIVEIRA	GABPRM001-ESVB	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	8	21/08/2015-28/08/2015
117	20551	PAULA PAES RAMOS	GABPRR34-ABGS	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	09/10/2015-09/10/2015
118	5889	PAULO CEZAR AGAPITO AREAS	DIBIP/PRR2ª	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	4	13/10/2015-16/10/2015
119	22598	RAFAEL MEDINA MACHADO	GABPRR39-RJBSN	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
120	23389	RAQUEL BALABAN DIAS	NUASBE/PRR5ª	ANALISTA DO MPU/SAÚDE/ODONTOLOGIA	202/203	3	14/10/2015-16/10/2015
121	17446	RAQUEL STROPP PAULO NETO	GABPR8-JBS	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	09/10/2015-09/10/2015
122	6563	RENATA NORONHA LOUREIRO	GABPRM2-JMG	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	09/10/2015-09/10/2015
123	20037	RENATA PINHEIRO GARCIA RIBEIRO	SRD/PRR1ª	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	09/10/2015-09/10/2015
124	27582	RICARDO CEZAR SALES DA NOBREGA JU	SADM/PRM-MS	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	27/10/2015-27/10/2015
125	7706	RICARDO MACEDO	SAC/PRMG	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	01/10/2015-01/10/2015
126	22072	RICARDO MACIEL MARCAL	NUTRAN/PRR1ª	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	1	16/10/2015-16/10/2015
127	14504	RICARDO SERGIO CARVALHO DE OLIVEIRA	SELOG/PRPE	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	15/10/2015-15/10/2015
128	24027	RODRIGO AZEVEDO RODRIGUES	DICGC/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	09/09/2015-10/09/2015
129	24027	RODRIGO AZEVEDO RODRIGUES	DICGC/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	11/09/2015-11/09/2015

130	6383	ROSIANE FUCHS LAGEANO NOGUEIRA	SE/PRMS	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO/TEC. DA INF.	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
131	23568	SAMUEL FABRONE GONCALVES	SJUR/PRM-ES	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	30	04/09/2015-03/10/2015
132	4205	SANDRA MARCIA PIRES	COJUD/PRMT	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	26/10/2015-26/10/2015
133	17531	SEMYLLA OLIVEIRA MARQUES	ASSREV/3A.CAM	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	10	20/10/2015-29/10/2015
134	4860	SHIRLAYNE ROCHA CEZAR REZENDE	SEST/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	11	22/09/2015-02/10/2015
135	4860	SHIRLAYNE ROCHA CEZAR REZENDE	SEST/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	11/09/2015-11/09/2015
136	4860	SHIRLAYNE ROCHA CEZAR REZENDE	SEST/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	16/09/2015-17/09/2015
137	16578	SIDONIO DE SOUZA ALVAREZ GOMES	STP/PRR2ª	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	23/10/2015-23/10/2015
138	12811	SILVANA BENICIO OLIVEIRA BERGQVIST	COJUD/PRR5ª	ANALISTA DO MPU/APOIO JURIDICO/DIREITO	202/203	1	03/11/2015-03/11/2015
139	24207	SIMONE LUIZA DE ASSUNCAO SOARES	SADM/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	18/09/2015-18/09/2015
140	3801	SONIA SILVA BARROS DIAS	SADM/PRM-CE	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	15	13/10/2015-27/10/2015
141	15476	SUZANA NOVIS MACHADO	GABPRM2-ALNM	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	28/10/2015-29/10/2015
142	10008	TALMO OLIVEIRA CARVALHO	SADM/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	14/09/2015-15/09/2015
143	21870	TATIANA LUCENA VIEIRA DE LIMA	GABPR13-AWSC	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	01/10/2015-02/10/2015
144	4957	TELMA TEIXEIRA NUNES	SUBJUR/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	21/09/2015-21/09/2015
145	25919	TENNILLE MARA LUCENA SILVA	ASSCOR/1A.CAM	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	9	01/10/2015-09/10/2015
146	4969	TEREZA CRISTINA RODRIGUES DE CARVALHO	GABPRR16-UTO	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	3	03/11/2015-05/11/2015
147	22387	THIAGO LUCAS SILVA AFFE	SUBADM/PRM-SC	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	16/10/2015-16/10/2015
148	16610	URSULA DRUMOND CORREA	NUCIVE/PRMG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	09/09/2015-10/09/2015
149	5080	VALERIA MARIA ALVES DO NASCIMENTO	ASSADM/PFDC	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	15	14/10/2015-28/10/2015
150	18214	VERA LUCIA PEREIRA DO NASCIMENTO PINTO	GABPRR28-SFN		202/203	2	17/09/2015-18/09/2015
151	18214	VERA LUCIA PEREIRA DO NASCIMENTO PINTO	GABPRR28-SFN		202/203	1	16/09/2015-16/09/2015
152	26074	VICTOR RODRIGUES DA SILVA FRAXE	SEEXTJ/PRRR	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	23/10/2015-23/10/2015
153	23341	VIVIANA OLIVEIRA SILVESTRE	GABPR7-ASA	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	2	14/10/2015-15/10/2015
154	4366	WALERIA VIEIRA DOS REIS CALCADO	GABPR14-MTOS	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	1	19/10/2015-19/10/2015
155	7729	WANDERNUBIA LOPES RAMOS DE CARVALHO	COOR/PRM-RJ	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	14	03/11/2015-16/11/2015

156	8739	WESLEM BATISTA DE ANDRADE	SUBJUR/PRM-MG	TECNICO DO MPU/APOIO TECNICO-ADMINISTRATIVO/ADMINISTRACAO	202/203	5	18/09/2015-22/09/2015
157	15791	WILSON MACENA DE OLIVEIRA	COOR/PRM-SC	TÉCNICO DO MPU/APOIO TÉCNICO-ADMINIST./SEG. INST. E TRANSP.	202/203	1	23/10/2015-23/10/2015

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO
GABINETE DA PROCURADORA-CHEFE

PORTARIA Nº 194, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Altera a Portaria PRR1 nº 100, de 17 de junho de 2014, que estabelece regras para utilização de veículos oficiais no âmbito da PRR - 1ª Região.

A PROCURADORA-CHEFE REGIONAL DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria PGR/MPF nº 786, de 29 de setembro de 2015, e pelo art. 33, II e V, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria PGR nº 382, de 05 de maio de 2015,

RESOLVE:

Art. 1º. A Portaria PRR1 nº 100, de 17 de junho de 2014, passa a vigorar com a seguinte alteração:

“Art. 1º.

§ 1º. A utilização de veículos oficiais por membros ou servidores de outra unidade do Ministério Público Federal ou de outro ramo do MPU depende de autorização da Chefia da unidade ou da Secretaria Regional.

.....”

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

RAQUEL BRANQUINHO PIMENTA MAMEDE NASCIMENTO

EDITAL Nº 3, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Estabelece concurso de remoção interna para preenchimento de Ofício vago no Núcleo de Ações Originárias da PRR1.

A PROCURADORA-CHEFE REGIONAL DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 1ª REGIÃO, no uso das atribuições legais conferidas pela Portaria PGR/MPF nº 786, de 29 de setembro de 2015, e pelo art. 50, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20/05/1993,

CONSIDERANDO o disposto na Portaria PGR/MPF nº 851, de 16 de outubro de 2015, publicada no DOU de 19 de outubro de 2015, que promoveu ao cargo de Subprocurador-Geral da República a Procuradora Regional da República Luíza Cristina Fonseca Frischeisen, então titular do 18º Ofício da Procuradoria Regional da República da 1ª Região;

CONSIDERANDO o resultado do concurso de remoção para o cargo de Procurador Regional da República, nos termos da Portaria PGR/MPF nº 912, de 3 de novembro de 2015;

RESOLVE:

Art. 1º Declarar aberto Concurso de Remoção, a pedido singular, destinado ao provimento do 18º Ofício da Procuradoria Regional da República da 1ª Região, integrante do Núcleo de Ações Originárias – NAO.

Parágrafo único. A movimentação decorrente deste Concurso de Remoção interna será efetivada somente após o início do exercício na PRR1 do Procurador Regional da República removido para a Unidade.

Art. 2º Os membros interessados em participar do concurso deverão apresentar o respectivo requerimento ao Gabinete da Procuradora-Chefe Regional, até o dia 10 de novembro de 2015, vedada a movimentação para outro Ofício Regional no âmbito do mesmo núcleo (Portaria PRR1 nº 119/2012, artigo 2º, §3º).

RAQUEL BRANQUINHO P. M. NASCIMENTO

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 339, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procuradores Regionais para o plantão judicial durante o período de recesso.

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 787, de 29 de setembro de 2015, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar a Exma. Procuradora Regional da República Dra. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE para o plantão judicial referente ao período de 20 a 25 de dezembro de 2015.

Art. 2º. Designar o Exmo. Procurador Regional da República Dr. LUIZ FERNANDO VOSS CHAGAS LESSA para o plantão judicial referente ao período de 26 a 31 de dezembro de 2015.

Art. 3º. Designar o Exmo. Procurador Regional da República Dr. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR para o plantão judicial referente ao período de 1º a 06 de janeiro de 2016.

Art. 4º. O plantão destina-se ao atendimento dos processos que reclamem manifestação urgente do Ministério Público Federal no período correspondente.

Art. 5º. Os Procuradores Regionais da República designados para realizar o plantão judicial estabelecido nesta Portaria só serão novamente escalados após todos os demais terem sido convocados para o mesmo fim.

Art. 6º. Deverão ser observadas as regras previstas na portaria PRR2 nº 88, de 23 de maio de 2014, que dispõe sobre o regime de plantão no período do recesso forense do âmbito da PRR2.

Dê-se ciência às Coordenadorias Jurídica, de Gestão de Pessoas, Unidade de Segurança Orgânica, Núcleo de Transportes, Procuradores Regionais da República e ao Tribunal Regional Federal da 2ª Região.

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS

PORTARIA Nº 343, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015.

Designa Procurador Regional da República para atuar em substituição nos escritórios da PRR2 e revoga a Portaria PRR2 nº 338, de 26 de outubro de 2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 279, de 14 de abril de 2014, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, e considerando ainda o disposto na Lei nº 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRR2 nº 182/2014 e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Procurador(es) Regional(ais) da República para atuar(em) em substituição no(s) escritório(s) da Procuradoria Regional da República – 2ª Região no(s) período(s) indicado(s) abaixo.

MEMBRO SUBSTITUÍDO	TIPO DE AFASTAMENTO	INÍCIO	FIM	SALDO DIAS	SALDO AJUSTADO	MEMBRO SUBSTITUTO	MÊS EXERCÍCIO	LISTA	ÚNICO
BEATRIZ BARROS DE OLIVEIRA CHRISTO 19º OFÍCIO	LICENÇA MÉDICA	20/10/2015	31/10/2015	12	12	RODÍZIO GERAL	OUT	-	28531/2015
BEATRIZ BARROS DE OLIVEIRA CHRISTO 19º OFÍCIO	LICENÇA MÉDICA	01/11/2015	02/11/2015	02	02	RODÍZIO GERAL	NOV	-	28531/2015

Art. 2º. Será responsabilidade do gabinete do Procurador Regional da República designado para substituição encaminhar à Chefia de Gabinete da PRR2, ao fim da substituição, o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a Portaria PRR2 nº 338, de 26 de outubro de 2015.

Art. 4º. Dê-se ciência aos membros interessados, à Coordenadoria Jurídica e de Gestão de Pessoas.
Publique-se.

PORTARIA Nº 345, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Determina a realização do Inventário Anual na PRR 2ª Região.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 787, de 9 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, e considerando o art. 1º do Ato Ordinatório CMPF nº 2/2013, RESOLVE:

Art. 1º. Determinar a realização do Inventário Anual na Procuradoria Regional da República da 2ª Região, no período de 23 a 27 de novembro de 2015, nos termos do Ato Ordinatório CMPF nº 2/2013.

§ 1º. Os gabinetes realizarão o inventário dos expedientes que se encontram sob sua responsabilidade no âmbito desta Procuradoria Regional da República, no período entre 9:00h e 19:00h, e conforme anexo desta portaria.

§ 2º. Consideram-se expedientes: os documentos, os processos administrativos, os autos administrativos extrajudiciais, os autos judiciais, os inquéritos policiais, os envelopes e as manifestações avulsas.

§ 3º. Cada gabinete deverá designar um representante para realizar as diligências inerentes ao procedimento do Inventário Anual, as quais serão acompanhadas pela Comissão de Inventário.

Art. 2º. Os trabalhos serão acompanhados pela Comissão de Inventário, composta pelos seguintes membros:

I – Coordenador Jurídico, na qualidade de Presidente da Comissão;

II – Coordenador de Administração;

III – Coordenador de Informática;

IV – Coordenador da Coordenadoria de Gestão de Pessoas

Parágrafo Único. A comissão poderá designar servidores para auxiliar os seus trabalhos.

Art. 3º. O inventário consiste na conferência física e eletrônica (gerenciador do ÚNICO) dos expedientes localizados no gabinete, bem como dos vinculados ao membro e ao(s) ofício(s) de sua atribuição que se encontrem em outros gabinetes ou segmentos administrativos.

Parágrafo Único. Os expedientes que constarem fisicamente nos gabinetes deverão estar listados no seu gerenciador. Caso haja discrepância, haverá o saneamento mediante a movimentação física e/ou eletrônica dos referidos expedientes.

Art. 4º. Será suspensa a movimentação física e eletrônica dos expedientes durante todo o dia de inspeção no respectivo gabinete. Caso haja a necessidade de movimentar (receber ou expedir) feitos urgentes, esta se realizará e a Comissão será comunicada.

Parágrafo Único. No dia útil imediatamente anterior ao dia do inventário, a movimentação de expedientes será realizada até às 19 horas, após o que os expedientes nos gabinetes e setores administrativos serão colocados à disposição para início do Inventário.

Art. 5º. No prazo mínimo de doze dias antes da data do inventário para o referido gabinete, seu representante designado e um membro da Comissão farão uma conferência prévia no "gerenciador" do ÚNICO para verificar o que consta nos campos:

a) a receber;

b) no setor;

c) enviados não recebidos;

d) pendentes de complementação de dados.

Parágrafo Único. Feita a conferência, deverá o representante do gabinete procurar sanear as pendências com intuito de que no dia do inventário o gabinete esteja na situação de maior regularidade possível, antecipando-se nas providências previstas no artigo 6º, bem como nas devidas movimentações.

Art. 6º. No dia do inventário, o representante do gabinete e um membro da comissão conferirão o gerenciador para verificar o que consta nos campos "pendentes de recebimento" e "pendentes de complementação de dados" para então recebê-los e complementá-los, se couber.

§ 1º. Após, a conferência ocorrerá se confrontando o que há fisicamente no gabinete com o que consta nos campos:

a) a receber;

b) no setor;

c) enviados não recebidos;

d) pendentes de complementação de dados.

§ 2º. A conferência dos apensos e anexos somente será realizada para os que constarem no gerenciador.

§ 3º. Nos feitos sigilosos em que o gabinete opte por não dar vista à Comissão, deverá aquele providenciar um memorando elencando o respectivo rol, constando inclusive os apensos e a quantidade de volumes.

§ 4º. Sobre os feitos eletrônicos, basta ao gabinete informar à Comissão sobre sua existência e seu registro no gerenciador do ÚNICO.

Art. 7º. No dia do inventário, os relatórios do gerenciador na pasta "no setor" serão impressos por tipo de expediente, e serão ratificados e assinados pelo membro.

Parágrafo Único. O relatório de expedientes no setor será enviado ao Procurador-Chefe, na forma do artigo 9º, juntamente com o relatório de inventário anual.

Art. 8º. Os autos administrativos extrajudiciais, os processos administrativos e os documentos inventariados no respectivo setor serão registrados pelo seu servidor mediante a aposição de etiqueta na parte inferior esquerda do verso da primeira folha.

Art. 9º. Finalizado o inventário, o representante do gabinete inventariante preencherá o relatório de inventário anual conforme as orientações e o modelo disponibilizados no manual da Corregedoria, e o membro responsável pelo gabinete inventariante o encaminhará para o Procurador-Chefe em até 30 (trinta) dias a contar da data da sua realização.

Art. 10. O procedimento de inventário deverá observar o disposto no Ato Ordinatório CMPF nº 2/2013, assim como no Manual de Orientações e Instruções – Inventário Anual e Extraordinário, disponível no link da Corregedoria do MPF no site da intranet da PGR.

Art. 11. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS

ANEXO

A comissão será dividida em 4 (quatro) equipes, divididas para atender aos gabinetes de ambos os prédios concomitantemente, conforme o seguinte cronograma, que poderá ser alterado mediante necessidade e prévio acerto entre os representantes dos gabinetes e da comissão.

OFÍCIO	PROCURADOR REGIONAL	DIA	HORA	EQUIPE	SEDE
1º OFÍCIO	DR. LUÍS CLÁUDIO PEREIRA LEIVAS	23/11/15	9h	COJUD	Uruguiana
2º OFÍCIO	DR. CARLOS XAVIER P. B. BRANDÃO	23/11/15	11h	COINF	México
3º OFÍCIO	DR. MAGNUS A. C. DE ALBUQUERQUE	23/11/15	10h	COADM	Uruguiana
4º OFÍCIO	DR. TOMAZ HENRIQUE LEONARDOS	23/11/15	10h	CGP	Uruguiana
5º OFÍCIO	DR. JOSÉ HOMERO FERNANDES DE ANDRADE	23/11/15	12h	COINF	México
6º OFÍCIO	DR. JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA	23/11/15	13h	COINF	México
7º OFÍCIO	DR. ANDRÉ TERRIGNO BARBEITAS	23/11/15	10h	COJUD	Uruguiana
8º OFÍCIO	DR. MAURÍCIO AZEVEDO GONÇALVES	24/11/15	11h	COINF	México

9º OFÍCIO	DR. CARLOS RODOLFO TIGRE MAIA	24/11/15	10h	COINF	Uruguiana
10º OFÍCIO	Dr. PAULO FERNANDO CORREA	24/11/15	12h	COADM	Uruguiana
11º OFÍCIO	DRA. DENISE LORENA DUQUE ESTRADA	24/11/15	11h	CGP	México
12º OFÍCIO	DR. LUÍS CÉSAR DE SOUZA DE QUEIROZ	24/11/15	12h	CGP	México
13º OFÍCIO	DR. NEWTON PENNA	24/11/15	13h	CGP	México
14º OFÍCIO	DR. LUIZ MENDES SIMÕES	24/11/15	10h	COADM	México
15º OFÍCIO	Dr. JOÃO MARCOS DE MELO MARCONDES	24/11/15	11h	COADM	México
16º OFÍCIO	DR. ROBERTO DOS SANTOS FERREIRA	24/11/15	12h	COADM	México
17º OFÍCIO	DR. ANTÔNIO CARLOS S. M. SOARES	24/11/15	13h	COADM	México
18º OFÍCIO	DRA. ANDREA HENRIQUES SZILARD	25/11/15	10h	COJUD	México
19º OFÍCIO	DRA. BEATRIZ BARROS DE O. CHRISTO	25/11/15	11h	COJUD	México
20º OFÍCIO	DR. JOÃO RICARDO DA SILVA FERRARI	25/11/15	11h	COINF	Uruguiana
21º OFÍCIO	DR. CELSO DE ALBUQUERQUE SILVA	25/11/15	11h	CGP	México
22º OFÍCIO	DR. ARTUR DE BRITO GUEIROS SOUZA	25/11/15	12h	CGP	México
23º OFÍCIO	DRA. MARIA HELENA DE C. NOGUEIRA DE PAULA	25/11/15	14h	COJUD	Uruguiana
24º OFÍCIO	DRA. BIANCA MATAL	25/11/15	10h	COADM	Uruguiana
25º OFÍCIO	DR. CELMO FERNANDES MOREIRA	25/11/15	12h	COJUD	México
26º OFÍCIO	DRA. ADRIANA DE FARIAS PEREIRA	25/11/15	16h	CGP	Uruguiana
27º OFÍCIO	DR. ALOÍSIO FIRMO GUIMARÃES DA SILVA	25/11/15	15h	CGP	Uruguiana
28º OFÍCIO	DRA. ANAIVA OBERST CORDOUIL	26/11/15	15h	COJUD	Uruguiana
29º OFÍCIO	DRA. GISELE ELIAS DE LIMA PORTO LEITE	26/11/15	12h	COADM	México
30º OFÍCIO	DR. ROGÉRIO JOSÉ BENTO S. DO NASCIMENTO	26/11/15	11h	COADM	México
31º OFÍCIO	DRA. CRISTINA SCHWANSEE ROMANÓ	26/11/15	13h	COJUD	Uruguiana
32º OFÍCIO	DR. MAURÍCIO ANDREIUOLO RODRIGUES	26/11/15	11h	COINF	Uruguiana
33º OFÍCIO	DR. SIDNEY PESSOA MADRUGA DA SILVA	26/11/15	13h	COINF	Uruguiana
34º OFÍCIO	DR. JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS	26/11/15	11h	COJUD	Uruguiana
Procurador-Chefe Regional	DR. JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS	26/11/15	11h	COJUD	Uruguiana
35º OFÍCIO	DR. VAGNER LEÃO DA COSTA	26/11/15	13h	CGP	Uruguiana
36º OFÍCIO	DRA. MARCIA MORGADO M WEINSCHENKER	26/11/15	15h	COADM	Uruguiana
37º OFÍCIO	DR. CARLOS ALBERTO GOMES DE AGUIAR	26/11/15	16h	COJUD	Uruguiana
38º OFÍCIO	DR. FLÁVIO PAIXÃO DE MOURA JÚNIOR	27/11/15	11h	COADM	Uruguiana
39º OFÍCIO	DR. JAIME ARNOLDO WALTER	27/11/15	11h	COINF	México
40º OFÍCIO	DRA. ANDREA BAYÃO PEREIRA FREIRE	27/11/15	12h	CGP	Uruguiana
41º OFÍCIO	DR. MARCELO DE FIGUEIREDO FREIRE	27/11/15	15h	CGP	Uruguiana
42º OFÍCIO	DRA. SILVANA BATINI CESAR GÓES	27/11/15	12h	COINF	México
PRR2º/PFDC/NAOP	DRA. SILVANA BATINI CESAR GÓES (coord.)	27/11/15	12h	COINF	México
43º OFÍCIO	DR. MAURÍCIO DA ROCHA RIBEIRO	27/11/15	11h	COADM	Uruguiana
44º OFÍCIO	DRA. MÔNICA CAMPOS DE RÉ	27/11/15	12h	COJUD	México
45º OFÍCIO	DRA. NEIDE MARA CAVALCANTI C. DE OLIVEIRA	27/11/15	15h	COINF	Uruguiana
46º OFÍCIO	DR. LUIZ FERNANDO VOSS CHAGAS LESSA	27/11/15	10h	CGP	Uruguiana
47º OFÍCIO (Eleitoral)	DR. PAULO ROBERTO B. ALVES CARNEIRO	27/11/15	15h	COJUD	Uruguiana
GABPRR4/PRBAC	DR. PAULO ROBERTO B. ALVES CARNEIRO	27/11/15	15h	COJUD	Uruguiana

PORTARIA Nº 346, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procurador Regional da República para atuar em substituição nos escritórios da PRR2 e Revoga parcialmente a Portaria PRR2 Nº314, de 29 de setembro de 2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 279, de 14 de abril de 2014, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, e considerando ainda o disposto na Lei nº13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRR2 nº 182/2014 e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Procurador(es) Regional(ais) da República para atuar(em) em substituição no(s) escritório(s) da Procuradoria Regional da República – 2ª Região no(s) período(s) indicado(s) abaixo.

MEMBRO SUBSTITUÍDO	TIPO DE AFASTAMENTO	INÍCIO	FIM	SALDO DIAS	SALDO AJUSTADO	MEMBRO SUBSTITUTO	MÊS EXERCÍCIO	LISTA	ÚNICO
JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA 6º OFÍCIO	DECISÃO JUDICIAL	01/10/2015	10/10/2015	10	10	LUIS CÉSAR SOUZA DE QUEIROZ 12º OFÍCIO	OUT	CÍVEL	25667/2015
JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA 6º OFÍCIO	DECISÃO JUDICIAL	13/10/2015	21/10/2015	9	9	BIANCA MATAL 24º OFÍCIO	OUT	CÍVEL	25667/2015
JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA 6º OFÍCIO	DECISÃO JUDICIAL	22/10/2015	29/10/2015	8	8	JOÃO MARCOS DE MELO MARCONDES 15º OFÍCIO	OUT	CÍVEL	25667/2015
JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA 6º OFÍCIO	DECISÃO JUDICIAL	30/10/2015	30/10/2015	1	1	ANAIVA OBERST CORDOVID 28º OFÍCIO	OUT	CÍVEL	25667/2015

Art. 2º. Será responsabilidade do gabinete do Procurador Regional da República designado para substituição encaminhar à Chefia de Gabinete da PRR2, ao fim da substituição, o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se parcialmente a Portaria PRR2 nº 314, de 29 de setembro de 2015.

Art. 4º. Dê-se ciência aos membros interessados, à Coordenadoria Jurídica e de Gestão de Pessoas. Publique-se.

PORTARIA Nº 347, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procurador Regional da República para atuar em substituição nos escritórios da PRR2.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 279, de 14 de abril de 2014, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, e considerando ainda o disposto na Lei nº13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRR2 nº 182/2014 e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Procurador(es) Regional(ais) da República para atuar(em) em substituição no(s) escritório(s) da Procuradoria Regional da República – 2ª Região no(s) período(s) indicado(s) abaixo.

MEMBRO SUBSTITUÍDO	TIPO DE AFASTAMENTO	INÍCIO	FIM	SALDO DIAS	SALDO AJUSTADO	MEMBRO SUBSTITUTO	MÊS EXERCÍCIO	LISTA	ÚNICO
JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA 6º OFÍCIO	DECISÃO JUDICIAL	03/11/2015	12/11/2015	10	10	ANDREA HENRIQUES SZILARD 18º OFÍCIO	NOV	CÍVEL	26334/2015

JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA 6º OFÍCIO	DECISÃO JUDICIAL	13/11/2015	22/11/2015	10	10	LUIS CLAUDIO P. LEIVAS 1º OFÍCIO	NOV	CÍVEL	26334/2015
JOÃO SÉRGIO LEAL PEREIRA 6º OFÍCIO	DECISÃO JUDICIAL	23/11/2015	30/11/2015	8	8	ANDRÉ TERRIGNO BARBEITAS 7º OFÍCIO	NOV	CÍVEL	26334/2015

Art. 2º. Será responsabilidade do gabinete do Procurador Regional da República designado para substituição encaminhar à Chefia de Gabinete da PRR2, ao fim da substituição, o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Dê-se ciência aos membros interessados, à Coordenadoria Jurídica e de Gestão de Pessoas.

Publique-se.

PORTARIA Nº 348, DE 03 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procurador Regional da República para atuar em substituição nos escritórios da PRR2.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 279, de 14 de abril de 2014, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, e considerando ainda o disposto na Lei nº 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRR2 nº 182/2014 e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Procurador(es) Regional(ais) da República para atuar(em) em substituição no(s) escritório(s) da Procuradoria Regional da República – 2ª Região no(s) período(s) indicado(s) abaixo.

MEMBRO SUBSTITUÍDO	TIPO DE AFASTAMENTO	INÍCIO	FIM	SALDO DIAS	SALDO AJUSTADO	MEMBRO SUBSTITUTO	MÊS EXERCÍCIO	LISTA	ÚNICO
JAIME ARNOLDO WALTER 39º OFÍCIO	FÉRIAS	03/11/2015	12/11/2015	10	10	SILVANA BATINI CÉSAR GÓES 42º OFÍCIO	NOV	CRIMINAL	26324/2015

Art. 2º. Será responsabilidade do gabinete do Procurador Regional da República designado para substituição encaminhar à Chefia de Gabinete da PRR2, ao fim da substituição, o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Dê-se ciência aos membros interessados, à Coordenadoria Jurídica e de Gestão de Pessoas.

Publique-se.

PORTARIA Nº 349, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procurador Regional da República para atuar em substituição nos escritórios da PRR2.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 787, de 09 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, e considerando ainda o disposto na Lei nº 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRR2 nº 182/2014 e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Procurador(es) Regional(ais) da República para atuar(em) em substituição no(s) escritório(s) da Procuradoria Regional da República – 2ª Região no(s) período(s) indicado(s) abaixo.

MEMBRO SUBSTITUÍDO	TIPO DE AFASTAMENTO	INÍCIO	FIM	SALDO DIAS	SALDO AJUSTADO	MEMBRO SUBSTITUTO	MÊS EXERCÍCIO	LISTA	ÚNICO
ANDRÉ TERRIGNO BARBEITAS 07º OFÍCIO	FÉRIAS	03/11/2015	12/11/2015	10	10	PAULO FERNANDO CORREA 10º OFÍCIO	NOV	CÍVEL	26309/2015

Art. 2º. Será responsabilidade do gabinete do Procurador Regional da República designado para substituição encaminhar à Chefia de Gabinete da PRR2, ao fim da substituição, o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Dê-se ciência aos membros interessados, à Coordenadoria Jurídica e de Gestão de Pessoas.

Publique-se.

PORTARIA Nº 350, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procurador Regional da República para atuar em substituição nos escritórios da PRR2.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pela Portaria PGR nº 787, de 09 de outubro de 2015, e tendo em vista o disposto na Portaria PGR nº 393, de 11 de setembro de 1997, e considerando ainda o disposto na Lei nº 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRR2 nº 182/2014 e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014,

RESOLVE:

Art. 1º. Designar o(s) Procurador(es) Regional(ais) da República para atuar(em) em substituição no(s) escritório(s) da Procuradoria Regional da República – 2ª Região no(s) período(s) indicado(s) abaixo.

MEMBRO SUBSTITUÍDO	TIPO DE AFASTAMENTO	INÍCIO	FIM	SALDO DIAS	SALDO AJUSTADO	MEMBRO SUBSTITUTO	MÊS EXERCÍCIO	LISTA	ÚNICO
JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS 34º OFÍCIO	DESONERAÇÃO 50%	03/11/2015	04/11/2015	2	1	MARCELO DE FIGUEIREDO FREIRE 41º OFÍCIO	NOV	CRIMINAL	26336/2015
JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS 34º OFÍCIO	DESONERAÇÃO 50%	05/11/2015	24/11/2015	20	10	CRISTINA SCHWANSEE ROMANÓ 31º OFÍCIO	NOV	CRIMINAL	26336/2015
JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS 34º OFÍCIO	DESONERAÇÃO 50%	25/11/2015	30/11/2015	6	3	JAIME ARNOLDO WALTER 39º OFÍCIO	NOV	CRIMINAL	26336/2015

Art. 2º. Será responsabilidade do gabinete do Procurador Regional da República designado para substituição encaminhar à Chefia de Gabinete da PRR2, ao fim da substituição, o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Dê-se ciência aos membros interessados, à Coordenadoria Jurídica e de Gestão de Pessoas.

Publique-se.

PORTARIA Nº 351, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta as atribuições do Coordenador do Núcleo de Tutela Coletiva/Cível da Procuradoria Regional da República da 2ª Região.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 2ª REGIÃO, no uso de suas atribuições legais, nos termos dos poderes que lhe são conferidos pelo artigo 50, II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, pelo artigo 55, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal (Portaria PGR nº 357 de 5 de maio de 2015) e pela Portaria PGR nº 787, de 09 de outubro de 2015,

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentação das atividades da Coordenadoria do Núcleo de Tutela Coletiva – NTCC da PRR2, bem como o deliberado pelos Membros desse Núcleo Temático em reunião havida no dia 22/10/2015,

RESOLVE:

Art. 1º. O Coordenador do Núcleo de Tutela Coletiva/Cível e o seu substituto serão designados, por portaria do Procurador-Chefe, pelo período de 6 (seis) meses cada um, de acordo com o critério de antiguidade, ou seja, do mais antigo para o mais moderno, entre aqueles que se inscreverem para esta função, permitida 1 (uma) recondução, por igual período, desde que solicitada pelos interessados e com a anuência dos demais integrantes do Núcleo de Tutela Coletiva e Cível.

Parágrafo 1º. Em não havendo postulantes ao exercício da Coordenação do Núcleo de Tutela Coletiva/Cível, a função será exercida pelos dois Procuradores Regionais da República de menor antiguidade, ou seja, os mais novos, cada qual exercendo a titularidade pelo período de 6 meses.

Parágrafo 2º. Estarão isentos das nomeações referidas no Parágrafo anterior o Coordenador do NAOP e os Procuradores Regionais Eleitorais auxiliares, estes apenas em anos eleitorais, no período de julho a dezembro.

Parágrafo 3º. A regra de recondução por uma vez será mitigada quando não houver outro membro que aceite o encargo.

Art. 2º. A secretaria da Coordenação de Tutela Coletiva/Cível será exercida pelos servidores da Seção de Acompanhamento de Matéria de Tutela Coletiva/Cível (SAMTCC), conforme dispõe a Portaria PRR2 nº 39, de 06 de abril de 2009.

Art. 3º. Caberá ao(a) Procurador(a) Regional da República Coordenador(a) do Núcleo de Tutela Coletiva/Cível:

I- coordenar e orientar as atividades da Seção de Acompanhamento de matéria de Tutela Coletiva/ Cível (SAMTCC);
II- convocar e preparar as pautas das duas reuniões ordinárias anuais, a serem realizadas nos meses de abril e de outubro, e extraordinárias do Núcleo de Tutela Coletiva/Cível;

III- promover a implementação das deliberações aprovadas em reuniões do Núcleo de Tutela Coletiva/Cível;

IV- determinar a instauração, distribuição, reclassificação e redistribuição de Procedimento Administrativo;

V- controlar e gerenciar o apoio fornecido pelos analistas processuais, excetuadas as regras fixadas em comum acordo pelas duplas de Procuradores, nos termos do art. 11 da Ordem de Serviço nº 2 de 31 de julho de 2015;

VI- coordenar a atualização da página do Núcleo da Tutela Coletiva/Cível com o apoio da SAMTCC, ASCOM e Coordenadoria de Informática;

VII- outras atividades decididas pelos integrantes do Núcleo de Tutela Coletiva/Cível em reunião ou ato específico.

Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor nesta data, devendo ser publicada em Boletim Interno, a partir de quando estarão revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE, REGISTRE-SE E CUMPRA-SE.

JOSÉ AUGUSTO SIMÕES VAGOS

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 3ª REGIÃO

GABINETE DA PROCURADORA-CHEFE

LICENÇA-PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

Em 4 de novembro de 2015

A PROCURADORA-CHEFE REGIONAL, no uso de sua competência legal, e tendo em vista as disposições da Portaria PGR/MPU nº 705/2012, em face do pedido de Licença-Prêmio por Tempo de Serviço do Membro do Ministério Público Federal, a seguir relacionado, RESOLVE:

DECISÃO	MEMBRO	MATRICULA	LOTAÇÃO	QUINQUÊNIO	PERÍODO INICIAL	PERÍODO SUSPENSO / INTERROMPIDO
Suspender	Doutor(a) Rosane Cima Campiotto	551	PRR3ª REGIÃO - PRR/3ª REGIÃO - SÃO PAULO	08/06/2006 a 06/06/2011	23/11/2015 a 27/11/2015	23/11/2015 a 27/11/2015

MARIA CRISTIANA SIMOES AMORIM ZIOUVA

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO

GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 194, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria PGR nº 382, de 5 de maio de 2015, e a Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, RESOLVE:

Designar a servidora FERNANDA GRASSELLI RAMPON, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 16.873-4, para a função de substituta eventual do Chefe da Seção de Tutela Coletiva, FC-02, da Divisão dos Offícios Cíveis, vinculada a Coordenadoria Jurídica e de Documentação da Procuradoria Regional da República da 4ª Região.

PORTARIA Nº 195, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria PGR nº 382, de 5 de maio de 2015, e a Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, RESOLVE:

Dispensar, a contar de 03/11/2015, a servidora SABRINA JUNQUEIRA MENDES, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 19.934-6, da função de substituta eventual da Chefe da Seção de Ações Originárias, FC-02, da Divisão dos Offícios Criminais, vinculada à Coordenadoria Jurídica da Procuradoria Regional da República da 4ª Região.

Designar a servidora BEATRIZ GRAEFF, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 2.756-1, para a função de substituta eventual da Chefe da Seção de Ações Originárias, FC-02, da Divisão dos Offícios Criminais, vinculada à Coordenadoria Jurídica da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, no período de 03 a 11/11/2015, tendo em vista o afastamento da titular e a ausência de substituto eventual.

FÁBIO BENTO ALVES

ORDEM DE SERVIÇO Nº 37, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Regulamenta, no âmbito da Procuradoria Regional da República da 4ª Região, a rotina de atendimento das requisições de material de almoxarifado.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso de suas atribuições previstas no artigo 50, inciso II, da Lei Complementar nº 75, de 20 de maio de 1993, assim como no artigo 33, Inciso II, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382/2015, de 05 de maio de 2015, e na Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, considerando a necessidade de regulamentar a rotina de atendimento das requisições de material de almoxarifado na Procuradoria Regional da República da 4ª Região, RESOLVE:

Art. 1º – As requisições de materiais serão atendidas somente quando cadastradas pelos requisitantes no sistema ASI-WEB, disponível no Portal de Aplicativos da Intranet da PRR4.

Art. 2º – Os materiais serão fornecidos diretamente às unidades requisitantes, de segunda a sexta-feira, às 14h e às 17h, e, em casos excepcionais, retirados na Divisão de Logística e Serviços Gerais/Seção de Logística da PRR4ª, no 3º andar do edifício-sede.

§ 1º - Os materiais serão entregues pela Seção de Logística, com o auxílio dos auxiliares de serviços gerais, no dia do respectivo cadastro do pedido no sistema ASI-WEB pela unidade requisitante, se efetuado até às 16h30min, e no dia útil subsequente, se efetuado após às 16h30min.

§ 2º – Caso o requisitante não esteja presente no seu setor no ato de entrega, e não haja outro servidor para receber o material, este retornará à Seção de Logística, devendo lá ser retirado posteriormente pelo requisitante.

Art. 3º – É de responsabilidade de cada requisitante manter atualizado seu setor de lotação no sistema ASI-WEB, informando à Seção de Logística sempre que houver qualquer alteração.

Parágrafo Único – Os materiais requisitados por servidor que estiver lotado em setor diverso àquele cadastrado no sistema não serão entregues pela Seção de Logística, devendo ser retirados na Seção de Logística pelo requisitante.

Art. 40 – A Seção de Logística não atenderá pedidos de material no último dia útil do mês e nos três primeiros dias úteis do mês subsequente, em virtude de fechamento mensal do estoque e elaboração do Relatório Mensal de Movimentação do Almoxarifado – RMMA, retomando suas atividades normais a partir do quarto dia útil do mês corrente.

Parágrafo Único – Em virtude do disposto no caput, os materiais requisitados e não retirados na Seção de Logística até o último dia de atendimento do mês corrente serão reincorporados ao estoque, e a respectiva requisição, cancelada.

Art. 50 – Os pedidos de itens em quantidades acima do consumo habitual deverão ser devidamente justificados no campo “observação”, quando do registro da requisição no sistema competente.

Parágrafo Único – As unidades requisitantes poderão ser consultadas para fins de verificação do efetivo aproveitamento dos materiais por elas requisitados, sendo vedada a manutenção de estoque paralelo de material de expediente fora do Almoxarifado da unidade gestora.

Art. 6º – As solicitações emergenciais, devidamente justificadas, serão submetidas à apreciação da Coordenadoria de Administração, por meio de Comunicação Interna.

Art. 70 - Serão aceitas devoluções de materiais não utilizados, desde que a restituição seja feita à Seção de Logística dentro do mês de atendimento no sistema.

Parágrafo Único – No caso de devoluções fora do mês de atendimento no sistema, a unidade requisitante deverá listar os itens a serem devolvidos por meio de Comunicação Interna endereçada à Seção de Logística, mencionando a justificativa para a devolução, para apreciação e adoção das providências cabíveis.

Art. 80 - O acesso ao estoque do Almoxarifado restringe-se aos servidores lotados na Divisão de Logística e Serviços Gerais e Seção de Logística, sendo terminantemente proibido o acesso a terceiros, salvo se autorizados e supervisionados por aqueles.

Art. 9º – Os casos não previstos nesta Instrução de Serviço, omissos e excepcionais, serão resolvidos pela Secretaria Regional.

Art. 10 – Ficam revogadas as disposições em contrário.

Art. 11 – Publique-se e providencie-se ampla divulgação na PRR4ª Região.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 38, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria PGR nº 382, de 5 de maio de 2015, e a Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, DETERMINA:

Alocar a servidora BEATRIZ GRAEFF, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 2.576-1, na Seção de Ações Originárias, vinculada à Divisão dos Ofícios Criminais da Coordenadoria Jurídica, a fim de auxiliar no serviço, a partir de 29 de outubro de 2015.

Comunique-se.

ORDEM DE SERVIÇO Nº 39, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR REGIONAL DA REPÚBLICA, CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 4ª REGIÃO, no uso das atribuições que lhe conferem a Portaria PGR nº 382, de 5 de maio de 2015, e a Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, DETERMINA:

Alocar a servidora FERNANDA GRASSELLI RAMPON, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 16.873-4, na Seção de Tutela Coletiva, vinculada à Divisão dos Ofícios Cíveis da Coordenadoria Jurídica e de Documentação, a fim de auxiliar no serviço, a partir de 03 de novembro de 2015.

Comunique-se.

FÁBIO BENTO ALVES

PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 105, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Dispõe sobre o horário de funcionamento, interno e externo, da Procuradoria Regional da República da 5ª Região.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO, no exercício das funções estabelecidas no art. 56, II, do Regimento Interno Diretivo do MPF (Portaria PGR no 357, de 05 de maio de 2015), objetivando conciliar o número reduzido de servidores com a necessidade de serviço da unidade, RESOLVE:

Art. 1º. Fixar o horário de funcionamento da Procuradoria Regional da República da 5ª Região, de segunda a sexta-feira, das 10h às 19h.

Parágrafo primeiro. O horário dos servidores lotados nos setores administrativos poderá ser cumprido das 09h às 20h, condicionado à anuência prévia da chefia imediata, a qual deverá assegurar, de acordo com o interesse do serviço, uma maior concentração de servidores das 12h às 19h.

Parágrafo segundo. O horário dos servidores lotados nos gabinetes dos Procuradores Regionais ficará a critério dos respectivos membros.

Parágrafo terceiro. Nos dias em que houver sessão do TRF e/ou TRE, pela manhã, o Núcleo de Transportes e a Divisão de Apoio e Acompanhamento das Seções funcionarão em horário diferenciado.

Art. 2º. O atendimento ao público externo dar-se-á das 10h às 18h.

Art. 3º. O servidor poderá, eventualmente, exercer suas funções fora do horário previsto no parágrafo primeiro do artigo 1º da presente Portaria, por necessidade do serviço, considerada como tal, as atividades que devam, necessariamente, ser executadas antes das 09h ou após às 20h, sob pena de prejuízo para a Administração, e mediante autorização do Procurador-Chefe Regional.

Art. 4º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se a portaria PRR5 nº 37, de 8 de maio de 2013, publicada no DMPF-e nº 49, de 4 de maio de 2013.

PORTARIA Nº 106, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procurador Regional da República para atuar em substituição em ofício da PRR-5ª Região.

O PROCURADOR-CHEFE REGIONAL DA PROCURADORIA REGIONAL DA REPÚBLICA DA 5ª REGIÃO, considerando o disposto na Lei 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014, na Resolução n.º 1/2014 e na Portaria PRR5 Nº 73/2014 e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014, RESOLVE:

Art. 1º. Designar o Procurador Regional da República para atuar em substituição de ofício na PRR-5ª Região no período abaixo indicado:

OFÍCIO SUBSTITUÍDO	MEMBRO SUBSTITUÍDO	MOTIVO	MEMBRO DESIGNADO PARA SUBSTITUIÇÃO	PERÍODO
3º	Eliane de A. Oliveira Recena	Licença prêmio	Márcio Andrade Torres (lista complementar)	04 a 13/11

Art. 2º. Nos termos do art. 22, § 1º, da Portaria PRR5 Nº 73/2014, será responsabilidade do gabinete do Procurador Regional da República designado para substituição encaminhar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da PRR-5ª Região o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Dê-se ciência aos membros, às Coordenadorias Jurídica e de Gestão de Pessoas.

ANTÔNIO EDÍLIO MAGALHÃES TEIXEIRA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO ACRE
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 104, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE, no uso da atribuição conferida pelo disposto no art. 33, inciso XXVIII, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Designar Comissão Especial para tratar da revisão da Portaria PR/AC nº 13, de 5 de abril de 2013, bem como, da formulação de proposta de regulamentação do procedimento e calendário de contratações no âmbito da Procuradoria da República no Acre.

Art. 2º. A Comissão Especial será composta pelos servidores DIMITRI DUARTE PEDROSA, matrícula 21687-9, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração; CRISTOFÉ OLIVEIRA DA CRUZ, matrícula 25780-0, Analista do MPU/Apoio Técnico-Especializado/Gestão Pública; CLÊNIO PLAUTO DE SOUZA FARIAS, matrícula 21982-7, requisitado, ocupante da função de confiança, FC-01, de Chefe do Setor de Manutenção e Serviços Gerais; KERRY ALINE DA SILVA FERREIRA, matrícula 26108-4, Analista do MPU/Perícia/Engenharia Civil; EVANDRO OLIVEIRA DA SILVA, matrícula 16278-7, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração; PAULO CESAR DE

SOUSA JUNIOR, matrícula 27484-4, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração; AURIANE DOS SANTOS FERREIRA, matrícula 21328-4, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, cabendo ao primeiro a presidência dos trabalhos, e, ao segundo, a substituição nos impedimentos do titular.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

PORTARIA Nº 105, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE, no uso da atribuição conferida pelo disposto no art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Dispensar a servidora RAFAELLE FRANÇA DE MELO, matrícula 24794-4, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, do encargo de Chefe Substituto do Setor de Estágio, FC-1, da Procuradoria da República no Acre.

Art. 2º Dispensar o servidor ALAN DA SILVA SANTOS, matrícula 26109-2, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, do encargo de Chefe Substituto do Setor de Registro e Acompanhamento Funcional, FC-1, da Procuradoria da República no Acre.

Art. 3º Designar a servidora RAFAELLE FRANÇA DE MELO, matrícula 24794-4, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer o encargo de Substituto eventual de Chefe do Setor de Registro e Acompanhamento Funcional, FC-1, da Procuradoria da República no Acre.

Art. 4º Designar o servidor ALAN DA SILVA SANTOS, matrícula 26109-2, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer o encargo de Chefe Substituto do Setor de Estágio, FC-1, da Procuradoria da República no Acre.

Art. 5º Dispensar a servidora RAFAELLE FRANÇA DE MELO, matrícula 24794-4, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, do encargo de Chefe Substituto do Núcleo de Gestão de Pessoas, FC-3, da Procuradoria da República no Acre.

Art. 6º Designar o servidor ALAN DA SILVA SANTOS, matrícula 26109-2, ocupante do cargo de Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer o encargo de Chefe Substituto do Núcleo de Gestão de Pessoas, FC-3, da Procuradoria da República no Acre.

VITOR HUGO CALDEIRA TEODORO

PORTARIA Nº 7, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa servidores para atribuições de gestor e gestor substituto de contrato de serviço.

O SECRETÁRIO ESTADUAL DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ACRE, no uso da atribuição conferida pelo disposto no art. 41, inciso XVIII do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para o encargo de fiscal administrativo e fiscal técnico de contrato, conforme art. 8º e art. 9, § 2º, da Portaria SG/MPF nº 110, de 06 de fevereiro de 2015:

CONTRATO N.º 25/2015

Empresa	RIMACRE DISTRIBUIDORA DE AUTOPEÇAS LTDA - EPP	
Objeto	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção preventiva nos veículos oficiais à disposição da Procuradoria da República no Acre.	
	Nome	Matrícula
Fiscal administrativo	Jorge de Souza Pacheco	18986-3
Fiscal administrativo substituto	José da Siva	4048-7
Fiscal técnico	José da Siva	4048-7
Fiscal técnico substituto	Jorge de Souza Pacheco	18986-3

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

PAULO MACHADO CORREA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 269, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa Procurador da República para atuar, em substituição, no 2º Ofício da Procuradoria da República no Amapá, nos termos da Portaria PR/AP nº 201, de 17 de outubro de 2014.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ, em atenção à Lei n.º 13.024/2014, ao Ato Conjunto PGR/CASMPU n.º 1/2014, à Instrução Normativa SG/MPU n.º 1/2014, à Portaria PR/AP n.º 201/2014 e, ainda, com lastro na delegações conferidas pelas Portarias PGR n.º 740/2014 e n.º 591/2008, RESOLVE:

Art. 1º Designar o Procurador da República THIAGO CUNHA DE ALMEIDA para responder, em caráter de substituição, no período de 3 de novembro a 13 de novembro de 2015, pelo 2º Ofício da PR/AP, titularizado pelo Procurador da República RICARDO AUGUSTO NEGRINI, em razão de afastamento do referido titular para usufruto de férias.

Art. 2º O membro do MPF designado para exercer a substituição será responsável por encaminhar à Chefia de Gabinete da PR/AP o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 1/2014, devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Dê-se ciência à Coordenadoria Jurídica e de Documentação, ao Núcleo de Gestão de Pessoas e aos gabinetes dos Procuradores da República substituto e substituído.

PORTARIA Nº 271, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procuradora da República para atuar, em substituição, no 2º Ofício da Procuradoria da República no Amapá, nos termos da Portaria PR/AP nº 201, de 17 de outubro de 2014.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ, em atenção à Lei n.º 13.024/2014, ao Ato Conjunto PGR/CASMPU n.º 1/2014, à Instrução Normativa SG/MPU n.º 1/2014, à Portaria PR/AP n.º 201/2014 e, ainda, com lastro na delegações conferidas pelas Portarias PGR n.º 740/2014 e n.º 591/2008, RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora da República LUDMILLA VIEIRA DE SOUZA MOTA para responder, em caráter de substituição, no período de 16 a 19 de novembro 2015, pelo 2º Ofício da PR/AP, titularizado pelo Procurador da República RICARDO AUGUSTO NEGRINI, em razão de afastamento do referido titular para usufruto de férias.

Art. 2º O membro do MPF designado para exercer a substituição será responsável por encaminhar à Chefia de Gabinete da PR/AP o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 1/2014, devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Dê-se ciência à Coordenadoria Jurídica e de Documentação, ao Núcleo de Gestão de Pessoas e aos gabinetes dos Procuradores da República substituto e substituído.

PORTARIA Nº 272, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa Procuradora da República para atuar, em substituição, no 2º Ofício da Procuradoria da República no Amapá, nos termos da Portaria PR/AP nº 201, de 17 de outubro de 2014.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAPÁ, em atenção à Lei n.º 13.024/2014, ao Ato Conjunto PGR/CASMPU n.º 1/2014, à Instrução Normativa SG/MPU n.º 1/2014, à Portaria PR/AP n.º 201/2014 e, ainda, com lastro na delegações conferidas pelas Portarias PGR n.º 740/2014 e n.º 591/2008, RESOLVE:

Art. 1º Designar a Procuradora da República LUDMILLA VIEIRA DE SOUZA MOTA para responder, em caráter de substituição, no período de 23 de novembro de 2015 a 5 de dezembro de 2015, pelo 2º Ofício da PR/AP, titularizado pelo Procurador da República RICARDO AUGUSTO NEGRINI, em razão de afastamento do referido titular para usufruto de férias.

Art. 2º O membro do MPF designado para exercer a substituição será responsável por encaminhar à Chefia de Gabinete da PR/AP o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 1/2014, devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Art. 4º Dê-se ciência à Coordenadoria Jurídica e de Documentação, ao Núcleo de Gestão de Pessoas e aos gabinetes dos Procuradores da República substituto e substituído.

FELIPE DE MOURA PALHA E SILVA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 295, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa a Procuradora da República Bruna Menezes Gomes da Silva para responder, cumulativamente, pelo 2º Ofício da PR-AM, no período de 03.11 a 25.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;

CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;

CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;

CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR a Procuradora da República BRUNA MENEZES GOMES DA SILVA, matrícula 1453, para responder, cumulativamente, pelo 2º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015, em razão de participação do titular do referido Ofício no Projeto “MPF na Comunidade”, a ser realizado no município de Novo Aripuanã/AM.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

PORTARIA Nº 296, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o Procurador da República LEONARDO DE FARIA GALIANO para responder, cumulativamente, pelo 4º Ofício da PR-AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;
CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR o Procurador da República LEONARDO DE FARIA GALIANO, matrícula 1216, para responder, cumulativamente, pelo 4º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015, em razão de remoção provisória do titular do referido ofício para a Procuradoria da República em Goiás.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

PORTARIA Nº 297, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa a Procuradora da República Bruna Menezes Gomes da Silva para responder, cumulativamente, pelo 5º Ofício da PR-AM, no período de 03.06.2015 a 06.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;
CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR a Procuradora da República Bruna Menezes Gomes da Silva, matrícula 1453, para responder, cumulativamente, pelo 5º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015, em razão de usufruto de férias do titular do referido ofício.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

PORTARIA Nº 298, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o Procurador da República Leonardo de Faria Galiano para responder, cumulativamente, pelo 9º Ofício da PR-AM, no período de 03 a 06.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;
CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR o Procurador da República LEONARDO DE FARIA GALIANO, matrícula 1216, para responder, cumulativamente, pelo 9º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015, em razão de licença à gestante da titular do referido ofício.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

PORTARIA Nº 299, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o Procurador da República Alexandre Jabur para responder, cumulativamente, pelo 10º Ofício da PR-AM, no período de 03 a 06.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;
CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR o Procurador da República ALEXANDRE JABUR, matrícula 1410, para responder, cumulativamente, pelo 10º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015, em razão de férias da titular do referido ofício.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

PORTARIA Nº 300, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o Procurador da República Victor Riccely Lins Santos para responder, cumulativamente, pelo 11º Ofício da PR-AM, no período de 03 a 06.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;
CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR o Procurador da República VICTOR RICELLY LINS SANTOS, matrícula 1466, para responder, cumulativamente, pelo 11º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015, em razão de participação da titular do referido ofício no Projeto “MPF na Comunidade”, a ser realizado no município de Novo Aripuanã/AM.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

PORTARIA Nº 301, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o Procurador da República ALEXANDRE JABUR para responder, cumulativamente, pelo 12º Ofício da PR-AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;
CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR o Procurador da República ALEXANDRE JABUR, matrícula 1410, para responder, cumulativamente, pelo 12º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 06.11.2015, em razão da ausência de membro titular designado para atuar junto ao referido Ofício.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

PORTARIA Nº 308, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

Designa o Procurador da República Victor Riccely Lins Santos para responder, cumulativamente, pelo 8º Ofício da PR-AM, no período de 03 a 15.11.2015.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO AMAZONAS, no uso de suas atribuições legais e regimentais,

CONSIDERANDO o previsto no art. 3º da Instrução Normativa SG/MPU N.º 1, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a delegação conferida na Portaria PGR/MPF N.º 740, de 25 de Setembro de 2014;
CONSIDERANDO a hipótese de cabimento prevista no art. 26, III, do Ato Conjunto PGR/CASMPU N.º 1/2014;
CONSIDERANDO o preceituado no art. 3º, § 3º e art. 13, da Portaria PR/AM n. 201, de 20 de outubro de 2014.

RESOLVE:

I – DESIGNAR o Procurador da República VICTOR RICELLY LINS SANTOS, matrícula 1466, para responder, cumulativamente, pelo 8º Ofício da PR/AM, no período de 03.11.2015 a 15.11.2015, em razão de férias do titular do referido ofício.

II – Cientifique-se, cumpra-se, publique-se.

EDMILSON DA COSTA BARREIROS JÚNIOR

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 308, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 357, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista deliberação do Colegiado de Procuradores, resolve:

Art. 1º – Estabelecer a Escala de Plantão de que trata a Portaria nº 38, de 7 de novembro de 1997 e Portaria PRDF nº 305, de 26 de outubro de 2015, para atendimento de medidas urgentes que demandem atuação de Procurador da República, fora do expediente normal:

PERÍODO	PROCURADOR(A) DA REPÚBLICA
04/11/2015 a 11/11/2015	Francisco Guilherme Vollstedt Bastos
11/11/2015 a 18/11/2015	Marcus Marcelus Gonzaga Goulart
18/11/2015 a 25/11/2015	Michele Rangel de Barros Vollstedt Bastos
25/11/2015 a 02/12/2015	Ivan Cláudio Marx
02/12/2015 a 09/12/2015	Valtan Timbó Martins Mendes Furtado
09/12/2015 a 18/12/2015	Anselmo Henrique Cordeiro Lopes

PORTARIA Nº 309, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso das competências que lhe foram delegadas pela Portaria PGR nº 357, de 5 de maio de 2015, e tendo em vista deliberação do Colegiado de Procuradores, resolve:

Art. 1º – Estabelecer a Escala de Plantão dos servidores que auxiliarão os Procuradores da República no plantão de que trata a Portaria nº 38, de 7 de novembro de 1997 e Portaria PRDF nº 305, de 26 de outubro de 2015, para atendimento de medidas urgentes que demandem atuação de Procurador da República, fora do expediente normal:

PERÍODO	SERVIDOR(A)
04/11/2015 a 11/11/2015	Max Leonardo Domingos Lopes
11/11/2015 a 18/11/2015	Elisângela de L. Oliveira
18/11/2015 a 25/11/2015	Maria de Fátima Ferreira da Fonseca
25/11/2015 a 02/12/2015	Bruna da Fonseca Shintaku de Oliveira
02/12/2015 a 09/12/2015	Gracyelle Gomes Pessoa Fagundes
09/12/2015 a 18/12/2015	Marília Bordinassi Silvério

Art. 2º – O Coordenador de Informática, a Coordenadora de Administração e a Chefe da Assessoria de Comunicação, ou servidores por eles designados, poderão ser convocados para prestar suporte aos Procuradores e Servidores de plantão sempre que necessário.

PORTARIA Nº 310, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO DISTRITO FEDERAL, no uso da competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 786, de 29 de setembro de 2015, resolve:

Art. 1º – Designar o servidor GUSTAVO MARCELINO DA SILVA, matrícula nº 23858-9, para exercer a função de Secretário da Subcomissão Estadual do 29º Concurso Público para provimento de cargos de Procurador da República.

Parágrafo Único – Em seus impedimentos eventuais, o servidor será substituído pela servidora SAMARA GRACIELLI DE OLIVEIRA MORAIS GURGEL, matrícula 22263-1, Chefe da Coordenadoria de Gestão de Pessoas da Procuradoria da República no Distrito Federal.

Art. 2º – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCUS MARCELUS GONZAGA GOULART

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO MATO GROSSO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 244, DE 23 DE OUTUBRO DE 2015

Designa Procurador da República para atuar em substituição em Ofício na PR/MT, nos termos da Portaria PR/MT nº165/2014, de 06 de outubro de 2014.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE MATO GROSSO, considerando o disposto na Lei nº13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº01/2014, na Instrução Normativa SG/MPU nº01/2014, nas Portarias PR/MT nº100/2013 e nº165/2014, com lastro na delegação conferida pela Portaria PGR nº740/2014, resolve:

Art. 1º - Designar o Procurador da República Douglas Guilherme Fernandes para substituir no 2º Ofício de Cidadania da PR/MT, no período de 09/11 a 08/12/2015, em virtude da desoneração parcial do Procurador da República Gustavo Nogami, com os efeitos a que se refere a Lei nº13.024/2014 e o Ato Conjunto PGR/CASMPU nº01/2014.

Art. 2º – O membro do MPF designado para substituir será responsável por encaminhar para a Chefia de Gabinete da PR/MT o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor imediatamente.

Art. 4º - Dê-se ciência à Coordenadoria Jurídica e de Documentação, à Divisão de Gestão de Pessoas e aos gabinetes dos Procuradores da República substituto e substituído.

Publique-se, inclusive na intranet da PR/MT.

GUSTAVO NOGAMI

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 274, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, no uso de suas atribuições legais, e:

Considerando a Resolução nº 104, de 06/04/2010, do Conselho Superior do MPF, que estabeleceu regras mínimas comuns que deverão orientar a repartição dos serviços nas diversas unidades do Ministério Público Federal, bem como a necessidade de proposição e aprovação do normativo de distribuição perante o Conselho Superior do MPF;

Considerando a Resolução nº 600-021, de 19/12/2003, do Tribunal Regional Federal da 1ª Região, que especializou a 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará para processar e julgar crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores (Lei 7.492/1986);

Considerando a necessidade de dotar o Ministério Público Federal de estrutura específica na matéria de Combate à Corrupção e à Improbidade Administrativa, estratégica para a instituição, e com organização de atuação especializada;

Considerando o disposto na Resolução nº 148, de 1/4/2014, do Conselho Superior do Ministério Público Federal, que incumbiu à 5ª Câmara de Coordenação e Revisão a atuação nos feitos relativos aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8429/92 e conexos, bem como nos crimes previstos no Capítulo I, do Título XI, do Código Penal (crimes praticados por funcionário público contra a administração em geral), exceto os enunciados nos artigos 323 e 324); nos previstos nos artigos 332, 333 e 335, do Capítulo II, do Título XI, do Código Penal (crimes praticados por particular contra a administração em geral); nos enumerados no Capítulo II-A, do Título XI, do Código Penal (crimes praticados por particular contra a administração pública estrangeira); nos enumerados no Decreto-Lei nº 201/67 (crimes de responsabilidade de prefeitos e vereadores); nos previstos nos artigos 89 a 98, da Seção III, do Capítulo IV, da Lei 8666/93 (Lei das Licitações) e seus conexos.

Considerando as deliberações tomadas pelos Procuradores da República lotados nas unidades do Ministério Público Federal no Estado do Pará e observando as normas de repartição de atribuição geral e específica de cada unidade do MPF no Pará;

Considerando que a atividade extrajudicial do Ministério Público Federal deve preservar a maior proximidade possível do local dos fatos;

Considerando que o Ministério Público Federal deve observar sua autonomia e auto-organização, não se vinculando, portanto, à forma como definida a distribuição judicial;

Considerando a necessidade de observar-se os princípios da eficiência, economicidade e da razoável duração do processo, no que se inclui a sua atividade extrajudicial,

RESOLVE:

REGRA GERAL

Art. 1º Os expedientes judiciais e extrajudiciais recebidos no âmbito do Ministério Público Federal no Estado do Pará serão distribuídos segundo as regras fixadas nesta Portaria, preservando a especialização das atuações, onde existentes, e a impessoalidade.

Art. 2º É obrigatória a correta alimentação dos sistemas oficiais do MPF, dentre os quais o Sistema Único, anexando-se a íntegra das manifestações produzidas e registrando coerentemente a respectiva ementa/resumo, além de manter atualizada as movimentações dos expedientes.

Art. 3º A distribuição observará a isonomia na quantidade de movimentação dos autos, atendidas as regras de especialização, se existentes.

Art. 4º Dentre os membros do Ministério Público Federal de cada Núcleo ou Unidade do MPF será escolhido, mediante eleição, o seu coordenador e substituto, para mandato de dois anos, permitida a sua recondução, tendo como atribuições a distribuição dos feitos, a representação administrativa e o relacionamento institucional no âmbito interno e externo, em matérias vinculadas ao respectivo Núcleo.

DAS REGRAS ESPECÍFICAS REFERENTES AOS EXPEDIENTES EM QUE HAJA INDICATIVOS ESPECÍFICOS DE CRIMES CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL E DE LAVAGEM OU OCULTAÇÃO DE BENS, DIREITOS E VALORES

Art. 5º Os expedientes com indicativos de crimes contra o sistema financeiro nacional e de lavagem ou ocultação de bens, direitos e valores serão instruídos e ajuizados pelas unidades do Ministério Público Federal com atribuição territorial quanto ao local dos fatos, independente da especialização da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará.

§ 1º Quando as Procuradorias da República nos Municípios – PRMs observarem a ocorrência de fatos mencionados no caput deste artigo, os expedientes serão distribuídos na respectiva unidade, observada as regras específicas da própria unidade, e serão conduzidos pelo Ofício a que distribuído até o momento da propositura de medida judicial, inclusive.

§ 2º Proposta a medida judicial, se esta for de competência da 4ª Vara Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará, após sua distribuição, com seu retorno ao Ministério Público Federal, serão distribuídos entre os Ofícios com atribuição na matéria na Procuradoria da República no Pará, cessando a atuação da Procuradoria da República no Município.

§ 3º Se a medida judicial tiver natureza cautelar preparatória, a atribuição permanecerá sendo da Procuradoria da República no Município, exceto em casos excepcionais, justificados, em que a manutenção na PRM torne inviável a atuação, hipótese em que o feito será distribuído entre os Ofícios com atribuição na matéria na Procuradoria da República no Pará.

§ 4º O disposto neste artigo apenas se aplica aos inquéritos policiais e investigações iniciadas após 13/10/2010, data de entrada em vigor da Portaria PRPA Nº 77/2010.

DAS REGRAS ESPECÍFICAS REFERENTES AOS EXPEDIENTES DA ÁREA DE ATUAÇÃO DO NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO

6º Caberá aos Ofícios vinculados ao Núcleo de Combate à Corrupção exercer atribuição plena, cível e criminal, na repressão de condutas que representem violação à Lei de Improbidade Administrativa.

§ 1º Serão sempre da atribuição do Núcleo de Combate à Corrupção os feitos relativos aos atos de improbidade administrativa previstos na Lei 8429/92 e conexos, bem como nos crimes previstos nas normas a seguir:

- a) arts. 312 e 313 do CP (peculato);
- b) art. 313-A e 313-B do CP (alteração de sistemas de informações);
- c) art. 314 do CP (extravio de documento);
- d) art. 315 do CP (emprego irregular de verbas públicas);
- e) art. 316 do CP (concussão e excesso de exação);
- f) art. 317 do CP (corrupção passiva);
- g) art. 318 do CP (facilitação de contrabando);
- h) art. 319 do CP (prevaricação);
- i) art. 320 do CP (condescendência criminosa);
- j) art. 321 do CP (advocacia administrativa);
- k) art. 322 do CP (violência arbitrária);
- l) art. 325 do CP (violação de sigilo funcional);
- m) art. 326 do CP (violação do sigilo de proposta de concorrência);
- n) art. 328 do CP (usurpação de função pública);
- o) art. 332 do CP (tráfico de influência);
- p) art. 333 do CP (corrupção ativa);
- q) art. 335 do CP (fraude de concorrência);
- r) arts. 337-B e 337-C do CP (contra a administração pública estrangeira);
- s) arts. 359-A a 359-H do CP (contra as finanças públicas);
- t) arts. 89 a 98 da Lei 8.666/93 (licitações);
- u) art. 3º, da Lei 8.137/90 (crimes contra a ordem tributária);
- v) Decreto-Lei 201/67 (prefeitos).

§ 2º Serão, ainda, da atribuição do Núcleo de Combate à Corrupção:

I – os crimes de lavagem de dinheiro (Lei 7.492/1986) que tiverem como antecedente os crimes previstos no caput e no § 1º deste artigo.

II – os crimes dos arts. 1º e 2º, da Lei n.º 8.137/90 (crimes contra a ordem tributária), quando estiverem relacionados a atos de improbidade administrativa.

III – os feitos relacionados à Lei 12.846/2013 (responsabilização de pessoas jurídicas), ainda que de natureza exclusivamente cível.

§ 3º Se no curso das investigações surgirem indícios da prática de crime conexo que exceda a atribuição fixada no caput e no § 1º deste artigo, esta será prorrogada.

§ 4º Se no curso das investigações surgirem indícios da prática de crime absolutamente independente daquele que deu origem à atividade investigatória, e que exceda a atribuição fixada no caput e no § 1º deste artigo, será promovido, de forma justificada, o desmembramento com a remessa das peças ao Núcleo Criminal.

§ 5º Se no curso das investigações criminais houver a desclassificação do delito para outro afeto à atribuição do Núcleo Criminal, a este será redistribuído o feito.

§ 6º Com o oferecimento de denúncia, o feito fica vinculado ao ofício original, mesmo que sobrevenha decisão ou sentença judicial que desclassifique a infração.

DAS REGRAS ESPECÍFICAS DAS UNIDADES DO MPF-PA

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO PARÁ – PR-PA

Art. 7º A atuação funcional da PR/PA far-se-á por meio dos seguintes Núcleos e Ofícios:

I – Núcleo Cível – NUCIV, composto por: PR-PA - 3º Ofício e PR-PA - 11º Ofício;

II – Núcleo Criminal – NUCRIM, composto por: PR-PA - 2º Ofício, PR-PA - 6º Ofício, PR-PA - 7º Ofício e PR-PA - 8º Ofício;

III – Núcleo de Combate à Corrupção – NCC, composto por: PR-PA - 1º Ofício, PR-PA - 4º Ofício, PR-PA - 5º Ofício, PR-PA - 9º Ofício e PR-PA - 10º Ofício;

IV – Eleitoral, composto por: PR-PA - 4º Ofício e, periodicamente, por ofícios auxiliares.

DO NÚCLEO CÍVEL – NUCIV

Art. 8º Compete aos Ofícios do NUCIV a atuação perante as varas cíveis da Seção Judiciária do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, e os procedimentos extrajudiciais da tutela coletiva de atribuição do MPF, exceto aos feitos de atribuição do Núcleo de Combate à Corrupção – NCC, observando-se o seguinte:

I – Ao PR-PA – 3º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais). A Procuradoria da República em Tucuruí atuará na área da tutela coletiva em matéria relativa à 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais) pertinente ao município de Baião.

II – Ao PR-PA – 11º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 1ª CCR (direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral) e à PFDC (direitos do cidadão);

DO NÚCLEO CRIMINAL – NUCRIM

Art. 9º Compete aos Ofícios do NUCRIM a atuação perante as varas criminais da Seção Judiciária do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal e nos procedimentos extrajudiciais criminais de atribuição do MPF, exceto aos feitos de atribuição do Núcleo de Combate à Corrupção – NCC, observando-se o seguinte:

I – Ao PR-PA – 2º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 2ª CCR (criminal) e à Cooperação Jurídica Internacional na proporção de 50% (cinquenta por cento) com o PR-PA – 10º Ofício.

II – Ao PR-PA – 6º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 2ª CCR (criminal).

III – Ao PR-PA – 7º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 2ª CCR (criminal).

V – Ao PR-PA – 8º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 2ª CCR (criminal).

DO NÚCLEO DE COMBATE À CORRUPÇÃO – NCC

Art. 10. Compete aos Ofícios do NCC a atuação perante as varas cíveis e criminais da Seção Judiciária do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, e os procedimentos extrajudiciais da tutela coletiva e criminais de atribuição do MPF, observando-se o seguinte:

I – Ao PR-PA – 1º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 4ª CCR (patrimônio cultural), à 5ª CCR (Combate à Corrupção) e à 7ª CCR (controle externo da atividade policial e sistema prisional);

II – Ao PR-PA – 4º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 3ª CCR (consumidor e ordem econômica), à 5ª CCR (Combate à Corrupção) com preferência na temática da saúde e compensação no mesmo grupo de distribuição para fins de equitatividade, e à 7ª CCR (controle externo da atividade policial e sistema prisional);

III – Ao PR-PA – 5º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 5ª CCR (Combate à Corrupção) e à 7ª CCR (controle externo da atividade policial e sistema prisional);

IV – Ao PR-PA – 9º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 5ª CCR (Combate à Corrupção) e à 7ª CCR (controle externo da atividade policial e sistema prisional);

V – Ao PR-PA – 10º Ofício compete manifestar-se na condição de custos legis em feitos cíveis em andamento nas Varas Federais, nos Juizados Especiais Federais e na Turma Recursal do Juizado Especial Federal da Seção Judiciária do Estado do Pará e da Subseção Judiciária de Castanhal, bem como atuar em matéria relativa à 4ª CCR (meio ambiente), à 5ª CCR (Combate à Corrupção), à 7ª CCR (controle externo da atividade policial e sistema prisional) e à Cooperação Jurídica Internacional na proporção de 50% (cinquenta por cento) com o PR-PA – 2º Ofício. A Procuradoria da República em Tucuruí atuará na área da tutela coletiva em matéria relativa à 4ª CCR (meio ambiente) pertinente ao município de Baião.

DO ELEITORAL

Art. 11. Compete ao PR-PA – 4º Ofício a atuação perante o Tribunal Regional Eleitoral do Pará e nos procedimentos extrajudiciais eleitorais de atribuição do Procurador Regional Eleitoral.

Parágrafo Único. Por ato do Procurador-Geral da República serão designados os Procuradores Eleitorais Auxiliares para oficiarem, sob a coordenação do Procurador Regional Eleitoral, perante o Tribunal Regional Eleitoral do Pará e nos procedimentos extrajudiciais eleitorais de atribuição dos auxiliares.

DAS REGRAS GERAIS

Art. 12. Os feitos judiciais e extrajudiciais vinculam-se aos ofícios a que forem distribuídos.

§ 1º Não serão distribuídos feitos de natureza criminal aos ofícios exclusivos da área cível, e vice-versa, salvo quando a atuação for na qualidade de custos legis, em matéria cível, quando serão distribuídos para todos os ofícios.

§ 2º Os procedimentos extrajudiciais que apresentarem matéria de interesse cível e criminal serão distribuídos ao ofício da respectiva área temática cível, que enviará cópia do procedimento ao Coordenador Criminal para medidas pertinentes, ressaltando-se aqueles destinados aos Ofícios do NCC.

§ 3º Caso o ofício da respectiva área temática cível entenda não existir interesse na referida esfera, encaminhará o procedimento ao Coordenador Criminal para análise das medidas a serem tomadas na área de atribuição criminal, com baixa na distribuição.

§ 4º Os membros dos ofícios cíveis e criminais poderão articular a atuação conjunta em procedimentos com duplo interesse de intervenção, com o objetivo de otimizar as medidas administrativas e judiciais cabíveis.

§ 5º No caso do membro entender que o feito sob sua responsabilidade merece atuação por parte de outro Núcleo ou Ofício, deverá providenciar a remessa ao Coordenador do Núcleo ao qual estiver vinculado.

§ 6º Independentemente da matéria, assunto ou especialização em apuração, o membro poderá atuar em qualquer feito diverso de seu núcleo e/ou Ofício a título de colaboração e nos casos de urgência, entretanto os Coordenadores dos Núcleos relacionados devem tomar conhecimento da excepcionalidade.

Art. 13. A distribuição dos feitos judiciais e extrajudiciais aos ofícios cíveis, criminais, combate à corrupção e eleitoral será realizada diariamente na Coordenadoria Jurídica e de Documentação – COJUD, sob a supervisão dos Coordenadores dos Núcleos, de forma contínua, automática e equitativa no Sistema Único.

§ 1º Quando do primeiro ingresso da representação ou do procedimento extrajudicial na PR-PA, compete ao coordenador do núcleo respectivo, proferir despacho vinculando o feito a determinado grupo de distribuição, com o encaminhamento à COJUD quando houver necessidade de distribuição ou diretamente ao ofício responsável pela referida área temática.

§ 2º Os feitos cíveis, dentre outros: ação popular, ação civil pública, as demais ações coletivas, inclusive as propostas pelos entes legitimados, abrangendo o acompanhamento das demandas instauradas (carta precatória), ação ordinária, mandado de segurança, juizado especial federal cível, turma recursal do JEF cível, inquérito civil, procedimento preparatório e notícia de fato cível, serão distribuídos aos Ofícios conforme suas respectivas áreas temáticas.

§ 3º Os feitos criminais, dentre outros: processo criminal, medida cautelar criminal, juizado especial criminal, turma recursal do JEF criminal, inquérito policial, termo circunstanciado, procedimento investigatório criminal e notícia de fato criminal, serão distribuídos aos Ofícios conforme suas respectivas áreas temáticas.

§ 4º Os feitos de combate à corrupção, dentre outros: ações criminais, ação de improbidade administrativa e as propostas por outros entes legitimados, abrangendo o acompanhamento processual das demandas instauradas (carta precatória), inquérito civil, procedimento preparatório, procedimento investigatório criminal e notícia de fato, serão distribuídos aos Ofícios conforme suas respectivas áreas temáticas.

§ 5º Antes da distribuição dos feitos mencionados no caput, será verificada a existência de conexão ou continência com procedimento extrajudicial, processo judicial e inquérito policial em andamento, hipótese em que haverá distribuição por prevenção.

§ 6º Haverá compensação na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP.

§ 7º Se o gabinete apontar equívoco na distribuição, deve devolver os autos à COJUD indicando o Núcleo a que os autos se referem e sua respectiva área temática e, se houver, o ofício preventivo.

Art. 14. A COJUD indicará na capa ou contracapa dos autos o ofício distribuído e o Grupo de Distribuição.

§ 1º Caso o Procurador a quem foi remetido o feito entenda que o feito não pertença àquele Grupo de Distribuição, determinará a imediata devolução à COJUD, mediante despacho indicando o grupo de distribuição adequado para redistribuição.

§ 2º Não concordando com o critério de distribuição, o membro poderá suscitar conflito de atribuição mediante despacho fundamentado, que será levado ao Coordenador da respectiva área temática, cabendo recurso ao Colégio de Procuradores.

DAS AUDIÊNCIAS

Art. 15. As audiências judiciais serão realizadas, preferencialmente, pelos titulares dos ofícios responsáveis pelo processo respectivo.

§ 1º As audiências nas varas cíveis serão realizadas pelo membro responsável pelo ofício ao qual o feito está vinculado.

§ 2º As audiências nas varas criminais serão realizadas em sistema de rodízio entre os membros que atuam nos Ofícios do NUCRIM (PR-PA – 2º Ofício, PR-PA – 6º Ofício, PR-PA – 7º Ofício, PR-PA – 8º Ofício) e Ofícios do NCC (PR-PA – 5º Ofício, PR-PA – 9º Ofício), cuja escala será organizada pela COJUD.

§ 3º As audiências nas varas cíveis, relativas ao combate à corrupção, serão realizadas pelos membros responsáveis dos PR-PA – 1º Ofício, PR-PA – 4º Ofício e PR-PA – 10º Ofício.

Art. 16. Os impedimentos deverão ser motivados e comunicados pelo gabinete do membro ao setor de pauta de audiências da COJUD, com antecedência mínima de 48 horas, por meio de compromisso do GroupWise conta “PRPA-Audiencia Cojud <PRPA-audienciacojud@mpf.mp.br>”.

Parágrafo Único. Se, em razão dos impedimentos, não houver membro disponível para as audiências, a Procuradora-Chefe poderá ser excepcionalmente designada.

Art. 17. As audiências na Subseção Judiciária de Castanhal serão realizadas por todos os membros lotados na PR-PA, independentemente de vinculação com Ofício e observando-se o rodízio.

DOS AFASTAMENTOS

Art. 18. O número de Procuradores em férias concomitantes não poderá exceder a dois por Núcleo, observadas as disposições da Portaria PGR Nº 591/2005, de 27/10/2005.

Art. 19. Durante as férias, licenças, ausências justificadas dos membros, os feitos serão distribuídos continuamente aos Ofícios, entretanto, a movimentação/conclusão será ao gabinete do membro substituto conforme regulamento do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014.

§ 1º No Núcleo Cível, quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPR3 terá como substituto o GABPR11; o GABPR11 terá como substituto o GABPR3.

§ 2º No Núcleo Criminal, quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPR2 terá como substituto o GABPR6; o GABPR6 terá como substituto o GABPR7; o GABPR7 terá como substituto o GABPR8; o GABPR8 terá como substituto o GABPR2.

§ 3º No Núcleo de Combate à Corrupção, quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPR1 terá como substituto o GABPR4; o GABPR4 terá como substituto o GABPR9; o GABPR9 terá como substituto o GABPR5; o GABPR5 terá como substituto o GABPR10 e o GAB10 terá como substituto o GABPR1.

§ 4º No Eleitoral, o substituto designado participará da sessão eleitoral e atuará nos feitos eleitorais.

§ 5º Na hipótese de ausência simultânea dos titulares dos dois gabinetes em sequência, o primeiro será substituído pelo gabinete antecedente. Em ausência simultânea de membros em número superior a dois, o critério de substituição será definido pelos membros remanescentes, observada sempre a isonomia na quantidade de movimentação dos autos.

Art. 20. Nenhum feito será distribuído durante o afastamento do membro designado para compor a comissão de correição ordinária, conforme prevê o art. 10, § 1º, do Regimento Interno da Corregedoria do Ministério Público Federal.

Art. 21. Na ausência ou afastamento legal da totalidade dos membros da PRM, a substituição que importe na remessa dos expedientes para manifestação será feita por um dos membros lotados na PR-PA, observando-se as regras de distribuição desta unidade.

Art. 22. É facultada a permuta entre membros que manifestarem interesse em atuar em outro Ofício. A mesma faculdade será estendida aos servidores e estagiários, mediante anuência das chefias imediatas.

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ALTAMIRA

Art. 23. A atuação funcional da PRM-Altamira far-se-á por meio de 3 (três) Ofícios, observando-se o seguinte:

I – Ao PRM-ATM – 1º Ofício compete atuar em matéria relativa à 2ª CCR (criminal), em matéria relativa à 5ª CCR (combate à corrupção) e em matéria relativa à 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais);

II – Ao PRM-ATM – 2º Ofício compete atuar em matéria relativa à 2ª CCR (criminal), em matéria relativa à 5ª CCR (combate à corrupção) e em matéria relativa à 4ª CCR (meio ambiente e patrimônio cultural);

III – Ao PRM-ATM – 3º Ofício compete atuar em matéria relativa à 2ª CCR (criminal), em matéria relativa à 5ª CCR (combate à corrupção), em matéria relativa à 1ª CCR (direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral), em matéria relativa à 3ª CCR (consumidor e ordem econômica) e em matéria relativa à PFDC (direitos do cidadão).

Art. 24. A distribuição dos feitos será feita de forma contínua, automática e equitativa pelo Sistema Único, observadas as seguintes

regras:

§ 1º Não haverá distribuição automática quando ocorrer prevenção, conexão, continência com outro feito já vinculado a um dos

Ofícios.

§ 2º Haverá compensação na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP.

Art. 25. Durante as férias, licenças e ausências justificadas dos membros, os feitos serão distribuídos continuamente aos Ofícios, entretanto, a movimentação/conclusão será ao gabinete do membro substituto conforme regulamento do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014. Quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPRM1 terá como substituto o GABPRM3; o GABPRM2 terá como substituto o GABPRM1; o GABPRM3 terá como substituto o GABPRM2.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, e em face de grande volume de trabalho, a PRM pode solicitar que a substituição, nos casos acima mencionados, seja feita por membro lotado na PR-PA, em regime de rodízio, verificada a disponibilidade de membros.

Art. 26. As audiências serão realizadas pelo membro vinculado ao feito.

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM ITAITUBA

Art. 27. A atuação funcional da PRM-Itaituba far-se-á por meio de 1 (um) Ofício, sem especialização em razão da matéria.

Art. 28. A distribuição dos feitos será feita de forma contínua, automática e equitativa pelo Sistema Único, observadas as seguintes

regras:

§ 1º Não haverá distribuição automática quando ocorrer prevenção, conexão, continência com outro feito já vinculado ao Ofício.

§ 2º Na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP, a indicação do novo membro será dentre aqueles que atuam na PRM-Santarém.

Art. 29. Durante as férias, licenças e ausências justificadas do membro titular da PRM-Itaituba, os feitos serão distribuídos continuamente ao PRM-IAB – Ofício Único, entretanto, a movimentação/conclusão será ao gabinete do membro substituto conforme regulamento do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014. Quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPRM1 da PRM-Itaituba terá como substituto o GABPRM3 da PRM-Santarém; o GABPRM3 da PRM-Santarém terá como substituto o GABPRM1 da PRM-Itaituba. Na hipótese de ausência simultânea dos titulares dos dois gabinetes que se substituem entre si, o GABPRM1 da PRM-Itaituba será substituído pelo GABPRM1 da PRM-Santarém, o GABPRM3 da PRM-Santarém será substituído pelo GABPRM2 da PRM-Santarém e o GABPRM1 da PRM-Santarém será substituído pelo GABPRM1 da PRM-Itaituba.

§ 1º Com o retorno do titular, os feitos judiciais movimentados durante suas férias passam a ficar a ele vinculados.

§ 2º Os procedimentos extrajudiciais continuarão tramitando perante a PRM-Itaituba, sendo possível a adoção de medidas urgentes pelos membros substitutos.

§ 3º No caso de prazos judiciais e feitos envolvendo réus presos, deverão ser movimentados aos membros substitutos em qualquer hipótese de ausência de titular, mesmo que não se trate de férias e licenças mencionadas no caput.

§ 4º O membro que receber os autos judiciais/IPLs em substituição não poderá devolver os autos sem manifestação, mantida, entretanto, a vinculação do auto judicial/IPL ao Ofício originário.

§ 5º Excepcionalmente, e em face de grande volume de trabalho, a PRM pode solicitar que a substituição, nos casos acima mencionados, seja feita por membro lotado na PR-PA, em regime de rodízio, verificada a disponibilidade de membros.

Art. 30. Enquanto não for efetivada a instalação da PRM-Itaituba, o membro titular exercerá suas atribuições temporariamente na PRM-Santarém, conforme Portaria PGR nº 363, de 13/5/2014.

Art. 31. No que couber, aplicam-se as regras dos artigos 46 a 49 desta portaria.

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM MARABÁ

Art. 32. A atuação funcional da PRM-Marabá far-se-á por meio de 2 (dois) Ofícios, sem especialização em razão da matéria, com exceção da área de atuação da tutela coletiva em matéria relativa à 4ª e 6ª Câmaras, conforme as seguintes regras:

II – Ao PRM-MAB – 1º Ofício compete atuar em matéria relativa à 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais);

III – Ao PRM-MAB – 2º Ofício compete atuar em matéria relativa à 4ª CCR (meio ambiente e patrimônio cultural).

Art. 33. A distribuição dos feitos será feita de forma contínua, automática e equitativa pelo Sistema Único, observadas as seguintes

regras:

§ 1º Não haverá distribuição automática quando ocorrer prevenção, conexão, continência com outro feito já vinculado a um dos

Ofícios.

§ 2º Haverá compensação na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP.

Art. 34. Durante as férias, licenças e ausências justificadas dos membros, os feitos serão distribuídos continuamente aos Ofícios, entretanto, a movimentação/conclusão será ao gabinete do membro substituto conforme regulamento do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014. Quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPRM1º terá como substituto o GABPRM2; o GABPRM2 terá como substituto o GABPRM1.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, e em face de grande volume de trabalho, a PRM pode solicitar que a substituição, nos casos acima mencionados, seja feita por membro lotado na PR-PA, em regime de rodízio, verificada a disponibilidade de membros.

Art. 35. As audiências serão realizadas pelo membro vinculado ao feito.

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PARAGOMINAS

Art. 36. A atuação funcional da PRM-Paragominas far-se-á por meio de 1 (um) Ofício, sem especialização em razão da matéria.

Art. 37. A distribuição dos feitos será feita de forma contínua, automática e equitativa pelo Sistema Único, observadas as seguintes

regras:

§ 1º Não haverá distribuição automática quando ocorrer prevenção, conexão, continência com outro feito já vinculado ao Ofício.

§ 2º Na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP, a indicação do novo membro será dentre aqueles que atuam na PR-PA.

Art. 38. Além da regra do art. 21, no caso de férias ou licença do titular do Ofício, a substituição presencial na PRM será feita pelos membros lotados na PR-PA, em regime de rodízio.

§ 1º Com o retorno do titular, os feitos judiciais movimentados durante suas férias passam a ficar a ele vinculados.

§ 2º Os procedimentos extrajudiciais tramitarão na PRM-Paragominas, sendo possível a adoção de medidas urgentes pelos membros substitutos.

§ 3º No caso de prazos judiciais e feitos envolvendo réus presos, deverão ser movimentados aos membros substitutos em qualquer hipótese de ausência de titular, mesmo que não se trate de férias e licenças mencionadas no caput.

§ 4º O membro que receber os processos judiciais/IPLs em substituição não poderá devolver os autos sem manifestação, mantida, entretanto, a vinculação dos feitos ao Ofício originário.

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM REDENÇÃO

Art. 38. A atuação funcional da PRM-Redenção far-se-á por meio de 2 (dois) Ofícios, observando-se o seguinte:

I – Ao PRM-RDO – 1º Ofício, nos procedimentos extrajudiciais de natureza cível e ações civis públicas, compete atuar em matéria relativa à 3ª CCR (consumidor e ordem econômica), em matéria relativa à 5ª CCR (combate à corrupção) e em matéria relativa à 7ª CCR (controle externo da atividade policial e sistema prisional);

II – Ao PRM-RDO – 2º Ofício, nos procedimentos extrajudiciais de natureza cível e ações civis públicas, compete atuar em matéria relativa à 1ª CCR (direitos sociais e fiscalização de atos administrativos em geral), em matéria relativa à 4ª CCR (meio ambiente e patrimônio cultural) e em matéria relativa à 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais) e em matéria relativa à PFDC (direitos do cidadão).

III – Ressalvadas as disposições dos incisos I e II do art. 38, os procedimentos extrajudiciais de natureza criminal, inquéritos policiais e processos judiciais de qualquer natureza serão distribuídos de modo equitativo e aleatório entre os 2 (dois) Ofícios.

Art. 39. A distribuição dos feitos será feita de forma contínua, automática e equitativa pelo Sistema Único, observadas as seguintes regras:

§ 1º Não haverá distribuição automática quando ocorrer prevenção, conexão, continência com outro feito já vinculado ao Ofício.

§ 2º O procedimento extrajudicial instaurado de ofício por qualquer dos titulares dos ofícios permanecerá a esse vinculado, salvo determinação expressa em contrário

§ 3º Na hipótese de investigação criminal especial que envolva organização criminosa ou “operação” policial, a atuação se dará mediante força-tarefa dos 2 (dois) Ofícios, sob a coordenação de um dos Ofícios, a quem deverão ser formalmente distribuídos os feitos, obedecido o revezamento da coordenação/distribuição para cada investigação especial, não se aplicando as regras do art. 38.

§ 4º Nos demais procedimentos extrajudiciais, inquéritos policiais ou processos judiciais, poderá ser proposta atuação conjunta dos 2 (dois) Ofícios, a critério do titular do Ofício a quem primeiro for distribuído o feito, quando assim recomendarem as peculiaridades do caso, a repercussão social, e os princípios da impessoalidade da atuação do Ministério Público e da unidade institucional.

§ 5º Nas hipóteses dos §§ 3º e 4º, o setor jurídico identificará a atuação ou força-tarefa no feito e Sistema Único.

§ 6º Haverá compensação na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP.

Art. 40. Durante as férias, licenças e ausências justificadas dos membros, os feitos serão distribuídos continuamente aos Ofícios, entretanto, a movimentação/conclusão será ao gabinete do membro substituto conforme regulamento do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014. Quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPRM1 terá como substituto o GABPRM2; o GABPRM2 terá como substituto o GABPRM1.

Art. 41. Em caso de ausência de um dos membros titulares em razão de viagem a serviço, férias ou licença, ou no caso de impedimento, suspeição, ou impossibilidade de comparecimento a determinado ato, o membro do Ministério Público presente na PRM assumirá, em substituição, a titularidade vacante, respondendo, no período ou em ato específico, por ambos os Ofícios.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, e em face de grande volume de trabalho, a PRM pode solicitar que a substituição, nos casos acima mencionados, seja feita por membro lotado na PR-PA, em regime de rodízio, verificada a disponibilidade de membros.

Art. 42. Os titulares dos Ofícios participarão das audiências judiciais designadas em sistema de revezamento, conforme prévio e comum acordo estabelecido entre os titulares dos Ofícios.

Parágrafo Único. Na hipótese de afastamento de um dos membros por motivo de curso, palestra, grupo de trabalho ou atividade afim, proceder-se-á à compensação automática no sistema de revezamento de audiências.

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SANTARÉM

Art. 43. A atuação funcional da PRM-Santarém far-se-á por meio de 3 (três) Ofícios, sem especialização em razão da matéria, com exceção da área de atuação da tutela coletiva em matéria relativa à 5ª e 6ª Câmaras, conforme as seguintes regras:

I – Ao PRM-STM – 1º Ofício compete atuar em matéria relativa à 5ª CCR (combate à corrupção), na proporção de 20% (vinte por cento) dos feitos extrajudiciais distribuídos e em matéria relativa à 6ª CCR (povos indígenas), bem como será responsável pelo tema UHE Tapajós, cujo objeto é apurado pelos procedimentos extrajudiciais nºs 1.23.002.000087/2009-91, 1.23.002.000187/2010-51, 1.23.002.000188/2010-04, 1.23.002.000189/2010-41, 1.23.002.000190/2010-75, 1.23.002.000191/2010-10 e 1.23.008.000033/2014-33;

II – Ao PRM-STM – 2º Ofício compete atuar em matéria relativa à 5ª CCR (combate à corrupção), na proporção de 60% (sessenta por cento) dos feitos extrajudiciais distribuídos;

III – Ao PRM-STM – 3º Ofício compete atuar em matéria relativa à 5ª CCR (combate à corrupção), na proporção de 20% (vinte por cento) dos feitos extrajudiciais distribuídos e em matéria relativa à 6ª CCR (comunidades quilombolas);

Parágrafo Único. As demais matérias atinentes à 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais) serão distribuídas equitativamente entre todos os Ofícios da PRM-Santarém.

Art. 44. A distribuição dos feitos será feita de forma contínua, automática e equitativa pelo Sistema Único, observadas as seguintes regras:

§ 1º Não haverá distribuição automática quando ocorrer prevenção, conexão, continência com outro feito já vinculado a um dos Ofícios.

§ 2º Haverá compensação na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP.

§ 3º Os procedimentos extrajudiciais cujos arquivamentos não forem homologados pelas Câmaras de Coordenação e Revisão serão redistribuídos equitativamente entre todos os Ofícios da PRM-Santarém, independentemente das regras ora estabelecidas.

Art. 45. Durante as férias, licenças e ausências justificadas dos membros, os feitos serão distribuídos continuamente aos Ofícios, entretanto, a movimentação/conclusão será ao gabinete do membro substituto conforme regulamento do Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014. Quando não houver substituto designado, deverá ser observada a seguinte ordem de substituição: o GABPRM1 da PRM-Santarém terá como substituto o GABPRM2 da PRM-Santarém; o GABPRM2 da PRM-Santarém terá como substituto o GABPRM1 da PRM-Santarém; o GABPRM3 da PRM-Santarém terá como substituto o GABPRM1 da PRM-Itaituba; o GABPRM1 da PRM-Itaituba terá como substituto o GABPRM3 da PRM-Santarém. Na hipótese de ausência simultânea dos titulares dos dois Ofícios que se substituem entre si, o GABPRM1 da PRM-Santarém será substituído pelo GABPRM1 da

PRM-Itaituba, o GABPRM2 da PRM-Santarém será substituído pelo GABPRM3 da PRM-Santarém, o GABPRM3 da PRM-Santarém será substituído pelo GABPRM2 da PRM-Santarém e o GABPRM1 da PRM-Itaituba será substituído pelo GABPRM1 da PRM-Santarém.

Parágrafo Único. Excepcionalmente, e em face de grande volume de trabalho, a PRM pode solicitar que a substituição, nos casos acima mencionados, seja feita por membro lotado na PRPA, em regime de rodízio, verificada a disponibilidade de membros.

Art. 46. Enquanto não for efetivada a instalação da PRM-Itaituba, o membro titular exercerá suas atribuições temporariamente na PRM-Santarém, conforme Portaria PGR nº 363, de 13/5/2014.

Art. 47. Os membros das PRM-Santarém e PRM-Itaituba atuarão na função de distribuidor, em sistema de rodízio, pelo período de 1 mês, ao final do qual será substituído por outro na seguinte ordem: titular do PRM-STM – 1º Ofício, PRM-STM – 2º Ofício, PRM-STM – 3º Ofício, PRM-IAB – Ofício Único, sucessivamente.

Art. 48. As audiências nas Subseções Judiciárias de Santarém e Itaituba serão realizadas por todos os membros da PRM-Santarém e PRM-Itaituba, independentemente de vinculação com Ofício e observando-se rodízio a ser definido entre os membros.

Art. 49. Os feitos judiciais permanecem nos respectivos ofícios e as regras de distribuição vigentes deverão ser mantidas, sendo que os processos judiciais e inquéritos policiais de atribuição da PRM-Itaituba devem ser distribuídos ao respectivo membro titular.

NO ÂMBITO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM TUCURUÍ

Art. 58. A atuação funcional da PRM-Tucuruí far-se-á por meio de 1 (um) Ofício, sem especialização em razão da matéria, bem como atuar na área da tutela coletiva em matérias relativas à 4ª CCR (meio ambiente) e à 6ª CCR (populações indígenas e comunidades tradicionais) pertinentes ao município de Baião;

Art. 59. A distribuição dos feitos será feita de forma contínua, automática e equitativa pelo Sistema Único, observadas as seguintes regras:

§ 1º Não haverá distribuição automática quando ocorrer prevenção, conexão, continência com outro feito já vinculado ao Ofício.

§ 2º Na hipótese de distribuição por designação prevista no art. 28 do CPP, a indicação do novo membro será dentre aqueles que atuam na PR-PA.

Art. 60. Além da regra do art. 21, no caso de férias ou licença do titular do Ofício, a substituição presencial na PRM será feita pelos membros lotados na PR-PA, em regime de rodízio.

§ 1º Com o retorno do titular, os feitos judiciais movimentados durante suas férias passam a ficar a ele vinculados.

§ 2º Os procedimentos extrajudiciais tramitarão na PRM-Tucuruí, sendo possível a adoção de medidas urgentes pelos membros substitutos.

§ 3º No caso de prazos judiciais e feitos envolvendo réus presos, deverão ser movimentados aos membros substitutos em qualquer hipótese de ausência de titular, mesmo que não se trate de férias e licenças mencionadas no caput.

§ 4º O membro que receber os processos judiciais/IPs em substituição não poderá devolver os autos sem manifestação, mantida, entretanto, a vinculação dos feitos ao Ofício originário.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 61. Os casos omissos serão resolvidos por ocasião da reunião dos membros lotados na PR-PA.

Art. 62. Esta portaria entra em vigor no dia 3 de novembro de 2015, revogando-se as disposições em contrário, inclusive a Portaria PR/PA Nº 164, de 12/9/2014.

Dê-se ciência e publique-se.

PORTARIA Nº 278, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARÁ, no uso da atribuição conferida pelo disposto no art. 33, inciso VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 5 de maio de 2015, e pelo disposto no art. 56, inciso VI, do Regimento Interno Diretivo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 357, de 5 de maio de 2015, resolve:

1. Dispensar a servidora ANA CLÁUDIA DE SOUZA LOPES, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 25406, do encargo de substituto eventual do Chefe do Setor Administrativo, código FC 01, da Procuradoria da República no Município de Redenção.

2. Dispensar o servidor ADMAR PEREIRA DE MELO, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 24179, do encargo de substituto eventual do Chefe do Setor Jurídico, código FC 01, da Procuradoria da República no Município de Redenção.

3. Designar o servidor WILTON RODRIGUES TAVARES, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 26645, para exercer o encargo de substituto eventual do Chefe do Setor Administrativo, código FC 01, da Procuradoria da República no Município de Redenção.

4. Designar o servidor WILTON RODRIGUES TAVARES, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula nº 26645, para exercer o encargo de substituto eventual do Chefe do Setor Jurídico, código FC 01, da Procuradoria da República no Município de Redenção.

MARIA CLARA BARROS NOLETO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ
GABINETE DA PROCURADORA-CHEFE

PORTARIA Nº 910, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO PARANÁ, considerando o disposto na Lei 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 01/2014 e na Portaria PRC/PR nº 678/2014, e a delegação de competência conferida pela Portaria PGR nº 740/2014, resolve:

Art. 1º Designar os Procuradores da República para atuarem em substituição nos ofícios e períodos a seguir indicados:

OFÍCIO	MEMBRO SUBSTITUÍDO	PERÍODO	MEMBRO DESIGNADO PARA SUBSTITUIR	MOTIVO
10º Ofício Criminal	Dra. Mônica Dorotea Bora	27/10/2015 a 09/11/2015	Dr. José Soares Frisch	Férias
5º Ofício Criminal	Ofício Vago	03/11/2015 a 16/11/2015	Dra. Renita Cunha Kravetz	Ofício vago
8º Ofício Criminal	Ofício Vago	03/11/2015 a 16/11/2015	Dr. Daniel Holzmann Coimbra	Ofício vago
6º Ofício Cível	Ofício Vago	03/11/2015 a 16/11/2015	Dra. Paula Cristina Conti Thá	Ofício vago
6º Ofício Criminal	Dra. Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	03/11/2015 a 08/11/2015	Dra. Elena Urbanavicius Marques	Férias
6º Ofício Criminal	Dra. Yara Queiroz Ribeiro da Silva Sprada	09/11/2015 a 12/11/2015	Dra. Letícia Pohl Martello	Férias
5º Ofício Criminal	Ofício Vago	17/11/2015 a 30/11/2015	Dr. Sérgio Valladão Ferraz	Ofício vago
8º Ofício Criminal	Ofício Vago	17/11/2015 a 30/11/2015	Dr. José Soares Frisch	Ofício vago
6º Ofício Cível	Ofício Vago	17/11/2015 a 30/11/2015	Dra. Paula Cristina Conti Thá	Ofício vago

Art. 2º É de responsabilidade do gabinete do Procurador da República designado para substituição encaminhar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da PRPR o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido e assinado.

Art. 3º Dê-se ciência às Coordenadorias Jurídica e de Gestão de Pessoas.

Art. 4º Tornar sem efeito a portaria 155/2015 PRC/PR, de 25 de fevereiro de 2015.

PAULA CRISTINA CONTI THA

DESPACHO Nº 10.098, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE, no uso de sua competência legal, e tendo em vista as disposições da Portaria PGR/MPU nº 705/2012, em face do pedido de Licença-Prêmio por Tempo de Serviço do Membro do Ministério Público Federal, a seguir relacionado, RESOLVE:

DECISÃO	MEMBRO	MATRICULA	LOTAÇÃO	QUINQUÊNIO	PERÍODO INICIAL	PERÍODO SUSPENSO / INTERROMPIDO
Conceder	Doutor(a) Osvaldo Soweck Junior	835	PRM-P.GROSSA - PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE PONTA GROSSA-PR	10/02/2003 a 08/02/2008	11/01/2016 a 15/01/2016	

PAULA CRISTINA CONTI THA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE PERNAMBUCO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 193, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O CHEFE ADMINISTRATIVO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições, instituídas pelo artigo 50, inciso II, da Lei Complementar n.º 75/93 e pelo artigo 106 da Portaria PGR n.º 591/2008 (Regimento Interno do Ministério Público Federal), alterado pela Portaria PGR/MPF n.º 727/2011;

CONSIDERANDO a troca voluntária de períodos de plantão entre os Exmos. Srs. procuradores da República Cláudio Henrique Cavalcante Machado Dias e Luciano Sampaio Gomes Rolim; o afastamento por motivo de saúde da Exma. Sra. procuradora da República Mona Lisa Duarte Abdo Aziz Ismail; e a exoneração, a pedido, do Exmo. Sr. procurador da República Paulo Roberto Olegário de Sousa, escalados como plantonistas por meio portaria MPF/PRPE/C. Adm./155, de 10.9.2015, publicada no DMPF-e n.º 170/2015;

RESOLVE:

Divulgar a nova escala do plantão diário dos Exmos. Srs. membros ministeriais e Senhores servidores lotados nesta Procuradoria da República em Pernambuco e nas unidades do MPF do interior do estado, para o período de 20 de dezembro de 2015 a 6 de janeiro de 2016:

PERÍODO	PLANTONISTAS
Das 8h de 20.12.2015 às 8h de 21.12.2015:	Procurador da República FÁBIO HOLANDA ALBUQUERQUE
	RÔMULO BOURBON NAVA DE OLIVEIRA (assessor)
Das 8h de 21.12.2015 às 8h de 22.12.2015:	Procuradora da República SÍLVIA REGINA PONTES LOPES
	LEVI SIQUEIRA DE LIMA (assessor)
Das 8h de 22.12.2015 às 8h de 23.12.2015:	Procuradora da República POLIREDA MADALY BEZERRA DE MEDEIROS
	MARIA LÉSSIA DE BRITO TEIXEIRA (assessora)
	UYARA FERREIRA MACHADO (servidora de apoio em Recife)
Das 8h de 23.12.2015 às 8h de 24.12.2015:	Procurador da República LUIZ ANTONIO MIRANDA AMORIM SILVA
	ISABELA DE MELLO VILDES BARBOSA (assessora)
	CARLA CRISTINA PACHECO M. DE ARAÚJO (servidora de apoio em Recife)
Das 8h de 24.12.2015 às 8h de 25.12.2015:	Procuradora da República ANDRÉA WALMSLEY SOARES CARNEIRO
	MARIA DAS GRAÇAS MUNIZ NUNES MARQUES (assessora)
Das 8h de 25.12.2015 às 8h de 26.12.2015:	Procurador da República ALFREDO CARLOS GONZAGA FALCÃO JÚNIOR
	ANA RITA COELHO COLAÇO DIAS (assessora)
Das 8h de 26.12.2015 às 8h de 27.12.2015:	Procuradora da República CAROLINA DE GUSMÃO FURTADO
	FELIPE JOSÉ SOARES DE ARAÚJO (assessor)
Das 8h de 27.12.2015 às 8h de 28.12.2015:	Procurador da República LUCIANO SAMPAIO GOMES ROLIM
	ISABELLY MOTA DE MORAES (assessora)
Das 8h de 28.12.2015 às 8h de 29.12.2015:	Procurador da República RODRIGO GOMES TEIXEIRA
	FREDDY BRASILEIRO DE MELLO (assessor)
Das 8h de 29.12.2015 às 8h de 30.12.2015:	Procurador da República ANTONIO HENRIQUE DE AMORIM CADETE
	THIAGO TAVARES DA SILVA (assessor)
	PAULA MACHADO R. CAVALCANTI (servidor de apoio em Recife)
Das 8h de 30.12.2015 às 8h de 31.12.2015:	Procurador da República ANTONIO NILO RAYOL LOBO SEGUNDO
	RENATA SIMONE BARBOSA BEZERRA (assessora)
	MARCONI VELLOSO DA SILVEIRA (servidor de apoio em Recife)
Das 8h de 31.12.2015 às 8h de 1º.1.2016:	Procuradora da República ANA FABÍOLA DE AZEVEDO FERREIRA
	LUCIANA LEAL PEDROSA (assessora)
	SANDRA CRISANTO SOUTO MAIOR (servidora de apoio em Recife)
Das 8h de 1º.1.2016 às 8h de 2.1.2016:	Procuradora da República LÁDIA MARA DUARTE C. ALBUQUERQUE
	MARIA TERESA GOIS PEREIRA NASCIMENTO (assessora)
Das 8h de 2.1.2016 às 8h de 3.1.2016:	Procurador da República PEDRO JORGE DO NASCIMENTO COSTA
	CASEMIRO JUNIOR FERRARI NOGUEIRA (assessor)
Das 8h de 3.1.2016	Procuradora da República MABEL SEIXAS MENGE

PERÍODO	PLANTONISTAS
às 8h de 4.1.2016:	MARIA AMÉLIA LOURENÇO BARBOSA (assessora)
Das 8h de 4.1.2016 às 8h de 5.1.2016:	Procurador da República CLÁUDIO HENRIQUE CAVALCANTE M. DIAS
	LILIANE CAVALCANTI BRITO LIRA (assessora)
Das 8h de 5.1.2016 às 8h de 6.1.2016:	Procuradora da República NATÁLIA LOURENÇO SOARES
	MALBA MARIA SAMPAIO DE MELO (assessora)
	NATHÁLIA LÔBO DE SIQUEIRA (servidora de apoio em Recife)
Das 8h de 6.1.2016 às 8h de 7.1.2016:	Procurador da República JOÃO PAULO HOLANDA ALBUQUERQUE
	DAYANA DE MOURA BORGES (assessora)
Membros Ministeriais Suplentes (na ordem)	
1. Procurador da República EDSON VIRGINIO CAVALCANTE JÚNIOR	
2. Procuradora da República MARIA MARÍLIA OLIVEIRA CALADO DE MOURA	
3. Procuradora da República ANDRÉA WALMSLEY SOARES CARNEIRO	
4. Procuradora da República TICIANA ANDREA SALES NOGUEIRA	
5. Procuradora da República MARIA BEATRIZ RIBEIRO GONÇALVES	
6. Procuradora da República MARA ELISA DE OLIVEIRA	

Dê-se ciência. Publique-se. Cumpra-se.

LUIZ VICENTE DE MEDEIROS QUEIROZ NETO

LICENÇA-PRÊMIO POR TEMPO DE SERVIÇO

Em 4 de novembro de 2015

O PROCURADOR-CHEFE, no uso de sua competência legal, e tendo em vista as disposições da Portaria PGR/MPU nº 705/2012, em face do pedido de Licença-Prêmio por Tempo de Serviço do Membro do Ministério Público Federal, a seguir relacionado, RESOLVE:

DECISÃO	MEMBRO	MATRICULA	LOTAÇÃO	QUINQUÊNIO	PERÍODO INICIAL	PERÍODO SUSPENSO / INTERROMPIDO
Conceder	Doutor(a) Ticiania Andrea Sales Nogueira	1392	PRM-PETROLINA - PROCURADORIA DA REPUBLICA NO MUNICIPIO DE PETROLINA/JUAZEIRO	22/06/1998 a 20/06/2003	16/11/2015 a 20/11/2015	

LUIZ VICENTE DE MEDEIROS QUEIROZ NETO

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 1.452, DE 28 DE OUTUBRO DE 2015

Altera a Portaria PR-RJ Nº 1420/2015 e modifica o período de designação da Procuradora da República LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO para atuar em substituição no 3º ofício da PRM-São João de Meriti.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando a Portaria PR-RJ Nº 1420/2015 (publicada no DMPF-e – Administrativo, de 26 de outubro de 2015, pág. 23) que designou a Procuradora da República LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO, lotada na PRM-São João de Meriti, para atuar em substituição no ofício

da Procuradora da República LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA no período de 28 de outubro a 09 de novembro de 2015 e considerando solicitação de alteração, resolve:

Art. 1º Alterar a Portaria PR-RJ Nº 1420/2015 modificando a designação da Procuradora da República LUDMILA FERNANDES DA SILVA RIBEIRO (4º Ofício/PRM-São João do Meriti) para atuar em substituição no ofício da Procuradora da República LUCIANA FERNANDES PORTAL LIMA GADELHA (3º Ofício/PRM-São João do Meriti) para o período de 28 de outubro a 08 de novembro de 2015.

Art. 2º Nos termos do § 1º do Art. 13 da Portaria PR-RJ Nº 983/2014, será responsabilidade do gabinete do Procurador da República designado para substituição encaminhar à Coordenadoria de Gestão de Pessoas da PR-RJ o formulário constante do Anexo I da Instrução Normativa SG/MPU Nº 01/2014 devidamente preenchido, assinado e inserido no Sistema Único (formulário disponível na página da CGP na intranet) e cópia desta Portaria publicada no DMPF-e.

Art. 3º Dê-se ciência à Coordenadoria de Gestão de Pessoas.

Art. 4º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

PORTARIA Nº 1.468, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Inclui a Procuradora da República ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA na lista de itinerância do Grupo II B das PRMs do estado do Rio de Janeiro.

.O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, no uso de suas atribuições legais, considerando a solicitação da Procuradora da República ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA, resolve:

Art. 1º Incluir a Procuradora da República ZANI CAJUEIRO TOBIAS DE SOUZA na lista de membros que atuam nas PRMs do Grupo II B, do Anexo II da portaria que dispõe sobre itinerância no Estado do Rio de Janeiro.

Art. 2º Publique-se, registre-se e cumpra-se.

JOSÉ SCHETTINO

LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO

Em 3 de novembro de 2015

Processo nº 1.30.001.004883/2015-17. INTERESSADO: GEORGINA COSTA DE CASTRO, matrícula nº 16773-8, ocupante do cargo de Analista do MPU/Apoio Jurídico/Direito, lotada na Procuradoria da República no Estado do Rio de Janeiro. DECISÃO: Tendo em vista do disposto na Portaria PGR nº 349, de 11 de junho de 2013. DEFIRO a licença para capacitação, no período de 07/01/2016 a 05/02/2016, referente ao quinquênio aquisitivo de 25/07/2007 a 08/12/2010/22/07/2012, em conformidade com o disposto no artigo 87 da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990 e na Portaria PGR/MPU nº 679, de 22 de novembro de 2004. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA

JOSÉ SCHETTINO
Procurador da República
Procurador-Chefe da PRRJ

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO

PORTARIA Nº 243, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no exercício das atribuições legais que foram conferidas pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05 de maio de 2015 e considerando o disposto no art. 51 da Lei nº 8.666/93, RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para constituírem a Comissão Permanente de Licitação, no âmbito da Procuradoria da República no Rio Grande do Norte, os servidores: I – Presidente: LUÍS CLÁUDIO FERREIRA DA SILVA, Analista do MPU/Apoio Técnico-Especializado/Gestão Pública, matrícula 6793; II – Membros: BRUNO UBIRATAN GONÇALVES DOS SANTOS SILVA, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 27667, CRISTIANE DA SILVA FALCÃO, Analista do MPU/Apoio Técnico-Especializado/Gestão Pública, matrícula 20488; MANOEL FERNANDO DOS SANTOS MONTEIRO, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 27243 e EINSTEIN DANTAS DE AGUIAR, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Tecnologia da Informação, matrícula 6468.

Art. 2º - O Presidente da Comissão, em seus impedimentos e afastamentos eventuais, será substituído pelo Servidor BRUNO UBIRATAN GONÇALVES DOS SANTOS SILVA, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, matrícula 27667.

Art. 3º - Esta portaria terá vigência até 31 de dezembro de 2016.

Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

RONALDO SÉRGIO CHAVES FERNANDES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL GABINETE DA PROCURADORA-CHEFE

PORTARIA Nº 777, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, conforme Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014 e Portaria PGR nº 740, de 25 de setembro de 2014, publicada no DOU Seção 1, de 26 de setembro de 2014, RESOLVE:

Designar o Procurador da República JÚLIO CARLOS SCHWONKE DE CASTRO JÚNIOR, lotado no 22º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para officiar no período de 09 a 16 de novembro de 2015, junto ao 21º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, devido ao afastamento do Procurador da República FÁBIO MAGRINELLI COIMBRA, por motivo de dispensa da distribuição dos feitos extrajudiciais e de 80% dos autos judiciais, conforme o teor da Portaria PGR/MPF nº 59, de 23 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 778, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO SUL, no uso de suas atribuições, conforme Ato Conjunto PGR/CASMPU nº 1/2014 e Portaria PGR nº 740, de 25 de setembro de 2014, publicada no DOU Seção 1, de 26 de setembro de 2014, RESOLVE:

Designar o Procurador da República NILO MARCELO DE ALMEIDA CAMARGO, lotado no 23º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, para officiar no período de 17 a 30 de novembro de 2015, junto ao 21º Ofício da Procuradoria da República no Estado do Rio Grande do Sul, devido ao afastamento do Procurador da República FÁBIO MAGRINELLI COIMBRA, por motivo de dispensa da distribuição dos feitos extrajudiciais e de 80% dos autos judiciais, conforme o teor da Portaria PGR/MPF nº 59, de 23 de janeiro de 2015.

PORTARIA Nº 785, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

A PROCURADORA-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, no exercício de suas atribuições legais, de acordo com a competência que lhe foi delegada pela Portaria PGR nº 786, de 29/09/2015, bem como solicitação contida no ofício ADM/PRM-CA nº 1196/2015 (ÚNICO PRM-CAN-RS-00004183/2015), resolve:

1. Dispensar o servidor GUILHERME EDUARDO KUHN, matrícula 18182, Técnico do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, do encargo de substituto do Chefe do Setor Jurídico, código FC-1 da Procuradoria da República no Município de Canoas;
2. Designar a servidora CIRLEI SALETE DEMARQUI, matrícula 27585, Técnica do MPU/Apoio Técnico-Administrativo/Administração, para exercer o encargo de substituta do Chefe do Setor Jurídico, código FC-1 da Procuradoria da República no Município de Canoas.

PATRÍCIA NÚÑEZ WEBER

AFASTAMENTO PARA PARTICIPAÇÃO EM CURSO DE FORMAÇÃO

Em 3 de novembro de 2015

Processo Administrativo. MPF/PR-RS nº 1.29.000.003401/2015-32. INTERESSADO: MARCOS ALBERTO WAGNER DE OLIVEIRA, matrícula nº 24777. DECISÃO: Tendo em vista o disposto no artigo 33, inciso XXIV, do Regimento Interno do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF nº 382, de 05.05.2015, DEFIRO o afastamento para participação em curso de formação para ingresso em cargo da Administração Pública Federal, no período de 03.11.2015 a 26.11.2015, suspendendo a remuneração do cargo efetivo no MPF. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA.

PATRÍCIA NÚÑEZ WEBER
Procuradora-Chefe da PR/RS

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO

PORTARIA Nº 201, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições, previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. O titular do 2º Ofício da Procuradoria da República em Rondônia responderá pelo Ofício único da Procuradoria da República no Município de Guajará-Mirim durante o período de 03/11/2015 a 17/11/2015.

Publique-se.

PORTARIA Nº 202, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE SUBSTITUTO DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE RONDÔNIA, no uso de suas atribuições, previstas no inciso II do artigo 50 da Lei Complementar nº 75/93, de 20 de maio de 1993,

RESOLVE:

Art. 1º. O titular do 2º Ofício responderá pelo 4º Ofício durante o período de 03/11/2015 a 04/11/2015.

Publique-se.

RAPHAEL LUIS PEREIRA BEVILAQUA

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 632, DE 29 DE OUTUBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições legais, resolve:

Designar o Procurador da República responsável pelo ofício único da Procuradoria da República no Município de Mafra/SC para atuar na representação formulada, no dia 07 de outubro de 2015, pelo Procurador da República Claudio Valentim Cristani em face de José Fortkam Júnior.

PORTARIA Nº 644, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SANTA CATARINA, no uso das atribuições que lhe conferem o Ato Conjunto PGR/CASMPU Nº 01/2014 e a Portaria PGR Nº 740, de 25 de setembro de 2014, resolve:

Designar o Procurador da República Andrei Mattiuzi Balvedi, com exercício na Procuradoria da República no Município de Blumenau, para atuar, no período de 09 a 13 de novembro de 2015, como representante do Ministério Público Federal perante a Procuradoria da República no Município de Itajaí, com prejuízo de suas atribuições originárias, em virtude de férias do titular do 2º Ofício e vacância do 3º Ofício.

ROGER FABRE

RETIFICAÇÃO

Na Portaria nº 612, de 23 de outubro de 2015, publicada no DMPF-e Administrativo de 27/10/2015, página 62, onde se lê: “no período de 26 de outubro a 04 de novembro de 2015”; leia-se: “no período de 26 de outubro a 02 de novembro de 2015”.

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SÃO PAULO
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE**LICENÇA PARA CAPACITAÇÃO**

Em 26 de outubro de 2015

Processo Administrativo MPF/PRSP 1.34.001.007362/2015-6672. ASSUNTO: Licença para Capacitação. INTERESSADO: MATHEUS DIEGO DO NASCIMENTO matrícula nº 18245-1. DECISÃO: Tendo em vista o disposto no artigo 1º, I da Portaria PGR nº 349, de 11 de junho de 2013, aprovado pela Portaria PGR nº 591, de 20 de novembro de 2008, DEFIRO a licença para capacitação, no período de 07/01/2016 a 05/02/2016, referente ao quinquênio aquisitivo de 17/12/2007 a 14/12/2012, em conformidade com o disposto no artigo 87 da Lei nº 8112/1990 e na Portaria PGR/MPU nº 42/2014. PUBLIQUE-SE. REGISTRE-SE. DÊ-SE CIÊNCIA, inclusive quanto ao disposto no artigo 11 da Portaria PGR/MPU nº 42/2014.

THIAGO LACERDA NOBRE
Procurador-Chefe no Estado de São Paulo**PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DE SERGIPE**
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 210, DE 4 DE NOVEMBRO DE 2015

Denominar o jardim da Procuradoria da República em Sergipe como “Jardim Gina Stela” em homenagem à ex-servidora Gina Stela Teles de Oliveira D’Eça.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no exercício das atribuições previstas pelo art. 33 do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 382, de 5 de maio de 2015, RESOLVE:

I – Denominar o jardim da Procuradoria da República em Sergipe como “Jardim Gina Stela” em homenagem à ex-servidora Gina Stela Teles de Oliveira D’Eça, matrícula 2776-6, analista de biblioteconomia;

II – Determinar à Coordenadoria de Administração que confeccione a placa indicativa;

III – Oficie-se à família da ex-servidora para informar sobre a homenagem;

IV – Publique-se.

PORTARIA Nº 211, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa a Procuradora da República Eunice Dantas Carvalho para responder, cumulativamente, pelo 1º Ofício de Combate à Corrupção e 2º Ofício de Combate à Corrupção da PR/SE.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no uso de suas atribuições e da competência delegada pela Portaria PGR/MPF Nº 740, de 25 de setembro de 2014, e considerando o teor do ATO CONJUNTO PGR/CASMPU Nº 01/2014, de 25 de

setembro de 2014, e da INSTRUÇÃO NORMATIVA SG/MPU Nº 1 de 25 de setembro de 2014, além do previsto nas Portarias 107, de 01 de outubro de 2014, e 111, de 02 de outubro de 2014, RESOLVE:

Designar a Procuradora da República Eunice Dantas Carvalho, lotada na Procuradoria da República em Sergipe, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder cumulativamente pelo 1º Ofício de Combate à Corrupção e 50% do 2º Ofício de Combate à Corrupção no período de 03/11/2015 a 10/11/2015, tendo em vista a suspensão parcial dos processos deste ofício, em decorrência da atuação de seu titular, Heitor Alves Soares, como Procurador-Chefe.

PORTARIA Nº 212, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa a Procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco para responder, cumulativamente, pelo 1º Ofício da Tutela Coletiva e 2º Ofício de Combate à Corrupção da PR/SE.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no uso de suas atribuições e da competência delegada pela Portaria PGR/MPF Nº 740, de 25 de setembro de 2014, e considerando o teor do ATO CONJUNTO PGR/CASMPU Nº 01/2014, de 25 de setembro de 2014, e da INSTRUÇÃO NORMATIVA SG/MPU Nº 1 de 25 de setembro de 2014, além do previsto nas Portarias 107, de 01 de outubro de 2014, e 111, de 02 de outubro de 2014, RESOLVE:

Designar a Procuradora da República Lívia Nascimento Tinôco, lotada na Procuradoria da República em Sergipe, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder cumulativamente pelo 1º Ofício da Tutela Coletiva e 50% do 2º Ofício de Combate à Corrupção no período de 11/11/2015 a 30/11/2015, tendo em vista a suspensão parcial dos processos deste ofício, em decorrência da atuação de seu titular, Heitor Alves Soares, como Procurador-Chefe.

PORTARIA Nº 213, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Designa o Procurador da República Leonardo Cervino Martinelli para responder, cumulativamente, pelo 3º Ofício de Combate à Corrupção e 1º Ofício de Combate à Corrupção da PR/SE.

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no uso de suas atribuições e da competência delegada pela Portaria PGR/MPF Nº 740, de 25 de setembro de 2014, e considerando o teor do ATO CONJUNTO PGR/CASMPU Nº 01/2014, de 25 de setembro de 2014, e da INSTRUÇÃO NORMATIVA SG/MPU Nº 1 de 25 de setembro de 2014, além do previsto nas Portarias 107, de 01 de outubro de 2014, e 111, de 02 de outubro de 2014, RESOLVE:

Designar o Procurador da República Leonardo Cervino Martinelli, lotado na Procuradoria da República em Sergipe, para, sem prejuízo de suas atribuições, responder cumulativamente pelo 3º Ofício de Combate à Corrupção e 1º Ofício de Combate à Corrupção, no período de 16/11/2015 a 04/12/2015, tendo em vista a fruição de férias da Procuradora Eunice Dantas Carvalho, titular do Ofício em questão.

PORTARIA Nº 214, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015.

Dispensa o servidor ORÁCIO DO ROSÁRIO FILHO da função de Chefe-Substituto do Setor de Segurança Orgânica e Transporte e designa o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS FORTES para exercer a referida função.

O PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no exercício das atribuições previstas pelo art. 33, VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 382, de 5 de maio de 2015, RESOLVE:

1. Dispensar o servidor ORÁCIO DO ROSÁRIO FILHO, ocupante do cargo de Técnico do Mpu/Apoio Técnico-Administrativo/Seg. Inst. e Transporte, Matrícula nº 4134-3, da função de Chefe-Substituto, FC-02, do Setor de Segurança Orgânica e Transporte da Procuradoria da República em Sergipe.
2. Designar o servidor FRANCISCO DAS CHAGAS FORTES, ocupante do cargo de Técnico do Mpu/Apoio Técnico-Administrativo/Seg. Inst. e Transporte, Matrícula nº 4118, para exercer a referida função.
3. Esta Portaria entra em vigor a partir de sua publicação.

PORTARIA Nº 215, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

Retificação da Portaria nº 209/2015, publicada em 28 de outubro de 2015 no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico.

O PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA EM SERGIPE, no exercício das atribuições previstas pelo art. 33, VI, do Regimento Interno Administrativo do Ministério Público Federal, aprovado pela Portaria SG/MPF Nº 382, de 5 de maio de 2015, RESOLVE:

Art. 1º – Retificar a Portaria Nº 209/2015, publicada no Diário do Ministério Público Federal Eletrônico em 28/10/2015, Caderno Administrativo, DMPF-e Nº 203/2015, p. 46, na forma a seguir:

Onde se lê: "PORTARIA Nº 194, DE 23 DE SETEMBRO DE 2015",
Leia-se: "PORTARIA Nº 187 DE 23 DE SETEMBRO DE 2015."

HEITOR ALVES SOARES

PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS
GABINETE DO PROCURADOR-CHEFE

PORTARIA Nº 156, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2015

O PROCURADOR-CHEFE DA PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO ESTADO DO TOCANTINS, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo Regimento Interno Administrativo do MPF, aprovado pela Portaria PGR 382, de 5 de maio de 2015,
CONSIDERANDO o disposto na Lei 13.024/2014, no Ato Conjunto PGR/CAS-MPU nº 01/2014 e na Instrução Normativa SG/MPU nº 01/2014; e

CONSIDERANDO a Portaria PGR nº 740/2014 e a Portaria PR/TO nº 84/2015;

RESOLVE:

Art. 1º – DESIGNAR a Procuradora da República RENATA RIBEIRO BAPTISTA para exercer cumulativamente as atribuições do 4º Ofício da Procuradoria da República no Tocantins, no período de 03 a 06 de novembro de 2015 (4 dias), em virtude de licença por motivo de doença em pessoa da família do titular do referido Ofício, Dr. João Gabriel Morais de Queiroz.

Dê-se ciência. Publique-se.

ÁLVARO LOTUFO MANZANO

EXPEDIENTE

MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
SECRETARIA GERAL
SECRETARIA JURÍDICA E DE DOCUMENTAÇÃO

Diário do Ministério Público Federal - Eletrônico Nº 113/2015
Divulgação: quarta-feira, 4 de novembro de 2015 - Publicação: quinta-feira, 5 de novembro de 2015

SAF/SUL QUADRA 04 LOTE 03
CEP: 70050-900 – Brasília/DF

Telefone: (61) 3105.5913
E-mail: pgr-publica@mpf.mp.br

Responsáveis:
Konrad Augusto de Alvarenga Amaral
Coordenador de Gestão Documental

Renata Barros Cassas
Chefe da Divisão de Editoração e Publicação

Guilherme Rafael Alves Vargas
Chefe Substituto da Divisão de Editoração e Publicação